

PS VIVO | PORTUGAL POSITIVO

Mudar o PS para Mudar Portugal.

PS VIVO | PORTUGAL POSITIVO

Mudar o PS para Mudar Portugal.

- 1. As Nossas Motivações. As Nossas Propostas.**
- 2. O Mundo Mudou. Renovemos o Socialismo.**
- 3. A Reforma do Sistema Político-Partidário.**
- 4. Educar e Formar para um Tempo Novo.**
- 5. Mudar a Justiça.**
- 6. O Combate às Desigualdades.**
- 7. Um Novo Modelo de Desenvolvimento.**
- 8. A Reforma da Administração do Estado.**
- 9. Por uma Democracia Mundial.**

1. As Nossas Motivações. As Nossas Propostas.

«Para o PS português, é o momento, também, de fazer uma reflexão aprofundada. Para dar um novo impulso à sua participação na vida política (independentemente do Governo), com mais idealismo socialista e menos boys que só pensam em ganhar dinheiro e promover-se, enfim, mais voltado para o futuro e menos para o passado. É que um PS dinâmico, pluralista e voltado para o futuro – que a sociedade civil respeite e admire – faz falta a Portugal e ao Governo.»

Mário Soares, fundador do PS | Diário de Notícias, 1/02/2011

Os subscritores da Moção Política de Orientação Nacional **PS VIVO, Portugal Positivo** querem contribuir, de forma empenhada e determinada, para a resolução dos graves problemas que Portugal enfrenta. A nossa democracia está profundamente abalada. É generalizado o descrédito nos partidos e no exercício da política, após uma década sem crescimento económico e de contínuo aumento do endividamento, do desemprego e das desigualdades. Preocupante é, também, a progressiva perda de soberania, com o país subordinado às decisões das instâncias europeias e à voragem dos mercados financeiros.

O Partido Socialista é o partido central da democracia portuguesa. As transformações fundamentais da sociedade portuguesa, no pós 25 de Abril, são realizações do nosso partido. No poder e na oposição, sempre nos afirmámos como um partido interclassista, transversal aos extractos sociais, às pluralidades regionais e às sensibilidades das diversas correntes que se reclamam da defesa da democracia e do Estado Social. Mas o PS tem sofrido um progressivo esvaziamento de militância e de vida democrática, não reflectindo os anseios e o empenho dos seus militantes e apoiantes, que verdadeiramente não ouve. É hoje um corpo que se move por inércia, dirigido por cúpulas restritas. Perdeu a natureza do colectivo, alienou a reflexão e o debate, abdicou da elaboração ideológica e programática.

Destes défices de reflexão, de debate de ideias e de afirmação programática se ressentem o Governo, que visivelmente perdeu o ímpeto reformista, sem plena capacidade para enfrentar e resolver os graves problemas que o país enfrenta. Como militantes socialistas, queremos intervir no debate de ideias e participar num processo regenerador que traga soluções para tirar o PS da letargia em que mergulhou, para o revitalizar e consolidar eleitoralmente.

Temos propostas para modernizar e democratizar o Partido Socialista. Temos propostas para Portugal.

1.1. MUDAR O PARTIDO SOCIALISTA. PARA MUDAR PORTUGAL.

Os partidos não são um fim em si. São um meio para o aprofundamento da democracia e para impulsionar as transformações sociais, políticas, económicas e culturais. Os partidos são os pilares da democracia, não há democracia sem partidos, mas os partidos que temos estão completamente fora das realidades contemporâneas, distorcendo e fragilizando a democracia.

O Partido Socialista é o partido central da democracia portuguesa. Mas o PS está em estado de dissolução como ente colectivo e social, sem matriz ideológica definida e contemporânea, com estruturas anquilosadas e a maioria das instalações degradadas ou fechadas. Vive-se um notório esvaziamento da vida partidária, marcado pela incapacidade de atrair novos militantes e pela falta de reflexão e debate. É intolerável a permissividade a abusos e práticas antidemocráticas (como são tristes exemplos o dos *golden boys* da PT/Tagus Park, ou o das manobras nas últimas eleições federativas). É grave a falta de poder e de participação dos militantes na escolha de candidatos. Mais grave ainda que os órgãos nacionais (CN, CP, Secretariado) não funcionem com regularidade, democraticidade e utilidade – cumprem formalidades e calendário, mas não desempenham o seu papel político.

Para enfrentar e resolver os graves problemas que atravessamos e para construir uma democracia progressista e solidária precisamos – Portugal precisa – de um PS Vivo, moderno e democrático.

Para modernizar Portugal, o PS tem de se modernizar a si próprio.

O Congresso é uma oportunidade para mostrar aos Portugueses que temos ideias, energia e soluções para reformar e modernizar o sistema democrático, começando pela reforma e modernização do PS. Um partido sintonizado com os temas, as causas e os valores contemporâneos terá capacidade de renovação interna. Será um agente de transformação da sociedade portuguesa e não apenas um agente instrumental de apoio ao Governo. Será um partido a que os militantes se orgulham de pertencer, porque nele têm voz e a sua opinião conta.

Para isso, é necessário que os órgãos estatutários funcionem, reúnam com regularidade e democraticidade, que os dirigentes dêem seguimento às decisões do Congresso e dos outros órgãos democráticos do partido. O PS será forte quando as suas políticas forem inspiradas no pensamento e sustentadas pela acção dos militantes e simpatizantes, e não apenas o fruto de lideranças unipessoais centradas na conquista e exercício do poder, nestas circunstâncias necessariamente efémero.

O Congresso é a oportunidade para nos afirmarmos a Portugal como garantia da mudança: um partido que dá o exemplo da reforma e da modernização. Democratizar as estruturas e o funcionamento do PS, renovar práticas e a imagem do partido vai abrir as portas a novos militantes e a novas formas de militância. Os nossos estatutos já asseguram os direitos de participação dos simpatizantes, mas não há ainda práticas nesse sentido. É urgente adoptar as eleições primárias para escolha dos candidatos aos diversos actos eleitorais. Esta será uma medida de consequências profundas na renovação do PS e terá reflexos positivos no sistema partidário português. É um exemplo que devemos dar.

O PS deve investir na produção de ideias e de soluções. Há que dinamizar as secções temáticas, promover grupos de estudo, constituir cibersecções e agrupar as secções residenciais para as tornar mais operativas e representativas. Somos em Portugal uma força política absolutamente indispensável para a defesa dos valores da Esquerda, do Estado Social e dos ideais democráticos que fazem da Europa um exemplo para o Mundo.

Temos pela frente, em 2011 e 2012, a exigência de consolidar as contas públicas e de retomar o crescimento económico criador de emprego, no caminho para novos patamares de progresso e bem-estar social. Para isso precisamos de um PS vivo, coeso, solidário e eficaz. Está nas nossas mãos fazer essa mudança.

1.2. MUDAR PORTUGAL.

Portugal precisa de definir uma visão estratégica para o seu futuro. Temos de definir, de forma clara e partilhada, para onde queremos e podemos ir. Pelo seu passado e situação geopolítica, Portugal tem futuro como plataforma euro-atlântica, como centro de intermediação Europa-África-América Latina. A Europa é o nosso espaço continental, mas Portugal pode e deve ser uma ponte entre a Europa e o Atlântico. Apostar na Comunidade Lusófona, no Brasil, em Angola, em Moçambique e no Magreb.

A situação exige mais concertação política e menos retórica de confronto. Os partidos, o Governo e as oposições precisam de concertar políticas de médio prazo, assegurando as bases de governação estável, qualquer que seja a cor do governo e a das oposições.

Para resolver os problemas estruturais e conjunturais do país, as reformas têm de ser retomadas e urgentemente aplicadas. E as principais reformas são as do Sistema Político-Partidário, da Justiça, da Educação e da Administração do Estado, Central e Territorial.

1.2.1. A LEI ELEITORAL.

Entre as medidas a tomar para credibilizar o sistema político, destaca-se a reforma da Lei Eleitoral para a Assembleia da República. Está experimentado, com êxito, em vários países, o sistema de círculos uninominais, conjugados com um círculo nacional, para garantir proporcionalidade. Pode ser um caminho para reaproximar os eleitos dos eleitores, dar mais poder e vontade de participação aos eleitores, pondo fim ao actual domínio das oligarquias partidárias.

1.2.2. A JUSTIÇA.

A Justiça não funciona em Portugal. A lentidão, a ineficácia e a profusão de decisões injustas aos olhos dos cidadãos estão a minar a democracia e têm graves consequências económicas e sociais. No sistema judicial, os grupos e interesses corporativos têm-se sobreposto aos imperativos sociais e republicanos. É necessário proceder a uma ampla e profunda reforma do sistema de Justiça, limitando o poder das corporações, proporcionando modernidade, estruturas e meios de funcionamento eficazes, garantindo o acesso universal e promovendo a formação permanente, transversal e prática dos magistrados.

1.2.3. A EDUCAÇÃO.

Portugal carece de uma visão de futuro para o projecto educativo e de uma estratégia eficaz de médio/longo prazo. Para chegarmos a uma visão partilhada para a Educação e construirmos uma estratégia consistente e consensualmente alargada, propomos a criação de um Grupo de Missão, coordenado por uma personalidade respeitada e experiente, com capacidade de concertação. Grupo constituído por 10 a 15 individualidades, integrado por especialistas

reconhecidos da área da Educação, das ciências sociais e de outros sectores, designadamente: sindicatos, associações patronais, municípios e associações de pais.

1.2.4. A ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO, CENTRAL E TERRITORIAL.

O mapa administrativo do país data de 1835/40. A Administração – Freguesias, Concelhos, CCDR, Direcções Regionais, Serviços Centrais dos Ministérios – é hoje uma teia fragmentada, desconexa e sectorializada, que torna o país ingovernável e é fonte de desperdício de recursos. Por imperativo de governabilidade, de coesão territorial e de despesa pública, torna-se necessário reduzir, por agregação, o número de Freguesias e de Concelhos, criar as Regiões, extinguir os Governos Cívicos, emagrecer e qualificar a Administração Central. Para além das vantagens de governabilidade e de competitividade, esta reforma dará um importante contributo para a redução do défice orçamental e da dívida externa.

1.2.5. UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO.

Apostamos num novo modelo de desenvolvimento, mais inteligente e competitivo, mais inclusivo e solidário, mais limpo e sustentável. Focados numa estratégia euro-atlântica, devemos tirar partido das nossas vantagens competitivas e dos saberes acumulados para construir uma **economia de nichos** no contexto da Europa e do Mundo. Reforçar a *clusterização* da economia e dar prioridade nos apoios à produção de bens e serviços transacionáveis – e competitivos nos mercados externos –, reforçando as exportações e reduzindo as importações. Os desígnios a prosseguir com determinação podem resumir-se em três pontos essenciais:

- Organização e desenvolvimento da logística.
- Passar do investimento em infra-estruturas e betão (capital físico) para o investimento em formação e qualificação dos recursos humanos (capital humano) e na inovação (capital tecnológico).
- Apostar na economia do mar.

1.2.6. O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.

Portugal encontra-se numa encruzilhada no que se refere ao **ordenamento do território, à sustentabilidade dos recursos naturais e ambientais** e à **bio-diversidade**. É necessário concretizar, com coerência e de forma consistente, as estratégias, os planos e as políticas aprovadas e consagradas nos programas de governo e nas directivas europeias, contrariando, com firmeza, as cedências aos interesses fundiários, imobiliários e de especulação turística. O Socialismo tem de redefinir as suas concepções sobre a Natureza e os socialistas têm de reconsiderar as suas relações com as questões ambientais. **Connosco, o Partido Socialista assumirá – no seu ideário, orientações e políticas – a sustentabilidade como modelo de desenvolvimento ambiental, económico, social, energético e territorial.**

1.2.7. AS ENERGIAS ALTERNATIVAS.

O desenvolvimento das energias alternativas (hídrica, eólica, solar e das marés) terá de prosseguir, racionalizando processos e tecnologias, a par do fomento da eficiência energética. O quadro competitivo entre as diversas formas de produção de energia deverá caracterizar-se pela transparência e o Estado deve assegurar os mecanismos que permitam que a distribuição de energia não privilegie determinados agentes económicos e formas de produção, em prejuízo de outros.

1.2.8. O COMBATE ÀS DESIGUALDADES.

A Esquerda tem de retomar, com novo fôlego, o combate às desigualdades. Apesar dos extraordinários avanços na produção de bens e riqueza, a sua distribuição está cada vez mais desigual e injusta nas sociedades contemporâneas, facto muito evidente em Portugal. Os socialistas não se podem conformar com políticas sociais limitadas a medidas assistencialistas, de rendimento, salário e apoios mínimos. Medidas louváveis em termos humanitários, que garantem sobrevivência, mas não propiciam a mudança estrutural da condição profissional, social e humana das pessoas e das famílias. Tais medidas não conduzem à plena cidadania.

Os socialistas portugueses, o PS e os seus governos têm de fazer mais e melhor neste domínio, adoptando medidas concretas que assegurem garantias reais, traduzidas em resultados no combate às desigualdades, na criação de emprego, particularmente para as camadas jovens que estão a ser excluídas do progresso e privadas de confiança no futuro.

1.2.9. O MUNDO DO TRABALHO.

A valorização do trabalho e a promoção dos direitos dos trabalhadores constituem um eixo essencial do Socialismo Democrático. O Partido Socialista deve estar com as lutas justas dos trabalhadores e sindicatos, como é exigido a uma força de esquerda que não se divorcia dos seus ideais e tradições. Estamos do lado da inovação social e laboral, sabemos que é necessário evoluir na regulação dos mercados de trabalho para as necessárias adaptações às mudanças económicas e civilizações. Mas recusamos, com firmeza, que o caminho seja precarizar o emprego e liberalizar os despedimentos. Há que remover os entraves à entrada dos jovens e dos desempregados no mundo do trabalho, sem comprometer a estabilidade do emprego e a dignificação do trabalho.

Neste decisivo domínio da vida social, do exercício político e da afirmação programática e ideológica, há um inadiável debate a fazer dentro do PS. Também as bases de relacionamento do PS com o mundo laboral e sindical precisam de ser refundadas.

2. O Mundo Mudou. Renovemos o Socialismo.

O Socialismo democrático vive uma crise profunda de identidade, de eficácia e de sobrevivência. O Socialismo nasceu com o advento da sociedade industrial, forjou-se nos combates da classe operária contra a opressão e as desigualdades provocadas pela exploração capitalista e consolidou-se nas lutas das forças progressistas pela emancipação social, pela liberdade e pela democracia. Cento e cinquenta anos passados, mudaram radicalmente as formas de produzir, de consumir e de nos relacionarmos. Mudaram os valores individuais e colectivos, as formas de viver e o quadro geopolítico mundial.

A esquerda em geral e os socialistas em particular estão confrontados com desafios e opções inadiáveis. Os tempos são de incerteza, de desconfiança, de pessimismo. Sobre o futuro pairam ameaças. Mas a crise actual e a irreprimível aspiração da humanidade à liberdade e à justiça social também abrem novas oportunidades.

2.1. O MUNDO.

Vivemos num tempo caracterizado por contradições profundas nos paradigmas humanos de evolução e desenvolvimento:

- Mais de 50% da população mundial vive nas cidades.
- A informação e o conhecimento são livres e globais.
- Fronteira é uma palavra mais do imaginário do que do real.
- As nossas acções e pensamentos reproduzem-se e são instantaneamente lidos, reconhecidos e disseminados a uma escala global.
- Conflitos armados e guerra já não são um exclusivo das nações.
- Nação deixou de ser um espaço com uma fronteira, moeda, língua e exército.
- A economia e o desenvolvimento não são actos de soberania, nem dependem da vontade isolada de um povo.
- A qualificação das pessoas permite-lhes ter uma visão participativa e não paternalista do governo e do exercício da governação.
- Assume-se a inter-religiosidade e interculturalidade como um bem da humanidade.
- As diferenças são a marca maior da identidade humana.
- Os recursos são bens da humanidade e não de alguns grupos apenas.
- Não há recursos naturais no planeta suficientes para que todos os seus habitantes sejam produtivos, e um excesso de produção só viria aumentar o desperdício e a injustiça.
- Existe um vazio ideológico, que foi substituído pelo bem-estar egoísta de economia de recursos.
- Não é visível uma Ordem Global e há um vazio de liderança.
- A maioria das pessoas não se revê nos partidos, nas escolhas dos partidos, ou nos seus representantes políticos.

2.2. A SOCIEDADE.

Neste tempo, é urgente pensar o que é a sociedade e quais os pilares que a sustentam, assumindo-se que a qualificação exige a emancipação das pessoas. Não há lugar para políticas paternalistas. Há sim a necessidade de espaços de cidadania activa e responsável, onde o ressurgimento ideológico é fundamental. Um ressurgimento ideológico não caracterizado pelos ventos da moda nem pela luta de classes, mas sim por uma base ideológica centrada nas pessoas, na ética, no respeito e desenvolvimento. Contra o colonialismo económico e a exploração do ser humano.

Hoje, não lutamos nem nos definimos por classes, mas persistem mecanismos de subjugação dos cidadãos. Somos subjugados através da erosão das oportunidades que temos e que nos permitem a promoção social e a afirmação individual. Um cidadão não deve poder ser marginalizado apenas porque não tem lugar num sistema produtivo de base económica. A vida e a sobrevivência não podem estar dependentes da capacidade produtiva primária ou secundária ou terciária, já que assim desperdiçamos os recursos do planeta e excluimos outros seres humanos do acesso a uma vida com dignidade. Todos temos direito à sobrevivência, todos temos direito à cidadania plena.

A exploração moderna resulta da industrialização e desta industrialização resulta a ordem mundial que há muito entrou em crise, pois somos incapazes de promover um desenvolvimento humano sustentado. Esta nova (des)ordem mundial baseia-se nos interesses do capital selvagem, é cega e sem escrúpulos. As sociedades de hoje não se regem por síndromes nacionalistas, não existem fronteiras nem barreiras às trocas de informação e mercadorias. O planeta é um imenso espaço partilhado pelo comum das pessoas, mas regido, no anonimato, por uma elite financeira dominadora e egoísta.

Para se construir uma nova ordem global, a Organização das Nações Unidas precisa de ser profundamente reformada. Tem que deixar de ser um somatório de forças para transformar-se num instrumento efectivo da Paz através do equilíbrio de necessidades, assegurando-se a dignidade da pessoa e dos grupos. As sociedades devem determinar o próprio desenvolvimento e não submeter-se à força e à vontade dos grupos que se tornaram dominantes apenas porque têm acesso ao capital ou às riquezas. Repensar o papel e as competências das organizações globais – desde a Internacional Socialista às Nações Unidas, da União Europeia às organizações políticas e partidárias transnacionais é uma prioridade em que os Socialistas de todo o Mundo devem empenhar-se.

Devemos lutar por modelos de sociedade em que, apesar das diversidades étnicas e culturais, haja um padrão comum de respeito pelos Direitos Humanos e em que todos tenham acesso às mesmas oportunidades, promovendo sistemas de regulação, governação e participação inclusivos.

2.3. A POLÍTICA E O ESTADO.

Temos de repensar a ideologia. O Estado não é apenas um sistema de leis, regras ou deveres utópicos. O Estado tem rosto: o rosto dos cidadãos que entre si se organizam para o fundar. Como tal, temos a obrigação de lutar pelos direitos das pessoas. Mas há também que ter a coragem de exigir que as pessoas cumpram os seus deveres de cidadania. A democracia representativa assenta no princípio da maioria e a maioria não é mais do que um conjunto de minorias. As diferenças é que nos unem e nos fortalecem enquanto todo social. Quando as

diferenças são desvalorizadas em nome de uma unidade baseada nas similitudes, estamos perante uma ameaça autoritária.

O Estado não pode ser apenas o regulador de vontades privadas. Deve ter a capacidade da especificação e regular com conhecimento. Não pode ser apenas o árbitro; define as regras e zela pela sua imposição, numa prática moderadora feita em prol do bem de todos, resistindo às tendências de formação de privilégios e à emancipação limitada a alguns.

O Socialismo moderno tem a obrigação de lutar pelos direitos fundamentais das pessoas: à sobrevivência, à dignidade, à participação, à igualdade de oportunidades, à verdade e à informação. Os valores republicanos da Fraternidade, da Liberdade e da Igualdade devem imperar, mas há que de reforçar a Ética como valor indispensável no exercício da governação. E há que repensar a ideologia com base numa ordem global fraterna e não na luta contra blocos ou nações. Trata-se de derrubar os interesses egoístas em favor do acesso de todos à participação. A política tem de ser inclusiva do interesse por todos, e não dos interesses egoístas instalados. A política só vale a pena quando é participativa e leal.

2.4. O SOCIALISMO MODERNO.

O Socialismo no mundo de hoje não é uma ideologia baseada na luta de classes. A sua matriz de modernidade radica na luta pela igualdade de oportunidades, no acesso equilibrado e solidário aos benefícios do Estado Social, no respeito pelo indivíduo. O Socialismo moderno mobiliza a sociedade de forma transversal, promove a concertação e a justiça social contra a crispação e a devastação causadas pela acção depredadora do capitalismo selvagem.

Somos verdadeiramente Socialistas quando exigimos respeito pelos direitos elementares, pela emancipação e autodeterminação das nações no espaço global, transformando o mundo num espaço sem fronteiras. Somos verdadeiramente Socialistas quando nos afirmamos contra os modelos de desenvolvimento baseado na exploração egoísta dos recursos que um determinado território detém. Assim estaremos a contribuir para a construção de um mundo mais justo.

O mundo é neste momento refém de grupos de interesse sem escrúpulos nem rosto, ao serviço dos quais se mobilizam, no «teatro de guerra» dos mercados, todos os dias, disciplinados exércitos de analistas económicos. Esses grupos apoderaram-se do monopólio do crescimento e do desenvolvimento, o qual serve apenas os seus desígnios de acumulação estéril de capital em lugar de promover uma sociedade justa, equilibrada e fraterna.

O modelo de desenvolvimento que os Socialistas defendem assume os resultados do diálogo inter-religioso, das dinâmicas interculturais, da tensão das nações, em que o indivíduo e os grupos são respeitados, pois apesar das crenças, ideologias ou origem étnica, todos somos cidadãos de uma nova sociedade global. Nesta perspectiva, o desenvolvimento deve assentar em dinâmicas associativas e cooperativas. Somos contra o empresarialismo dos recursos – um modelo no qual, quando as coisas correm bem os lucros são deles, quando as coisas correm mal os prejuízos são nossos, nunca deles. Em alternativa, é fundamental haver um desenvolvimento com ética, respeito, democracia e igualdade de oportunidades.

A renovação do Socialismo exige a reformulação da sua ideologia e a regeneração da praxis política. Na sociedade da informação e do conhecimento, de urbanização generalizada e de globalização, mantêm-se válidos – e reforçam-se! – os fundamentos das ideias e dos combates

socialistas e republicanos, ainda que assumam novas formas. Nas actuais condições civilizacionais, são as seguintes as causas centrais dos socialistas:

- O combate lúcido, determinado, contra as desigualdades e as exclusões, a nível nacional e mundial, criando condições para o estabelecimento de garantias reais no acesso à educação e à cultura, ao trabalho, à saúde, à justiça, à repartição equilibrada de rendimentos e à diferença.
- Colocar o indivíduo no centro do desígnio socialista de emancipação. O modelo soviético cometeu um erro trágico ao não compreender que «a emancipação social é a soma das emancipações individuais» (Jean Jaurés). Em nome do «homem novo» esvaziou os cidadãos da sua liberdade, com uma alienação total ao partido e ao Estado. O humanismo socialista deve constituir a inspiração e a consagração em que mergulha o devir socialista definitivamente liberto das falsas utopias colectivistas.
- Refundação da Cidadania Republicana baseada na emancipação individual e na garantia real dos direitos de cidadania e na ética dos deveres sociais. A renovação da democracia, o aprofundamento da cidadania e o caminho para a justiça social passam, nas sociedades contemporâneas, por uma concepção da razão, do progresso e do contrato social com base no reconhecimento do indivíduo, das novas relações com a natureza e da aplicação efectiva – e não retórica – dos direitos, designadamente do direito ao trabalho.
- Reforço do papel do Estado na garantia das liberdades, da protecção social e da defesa dos equilíbrios ambientais e dos recursos comuns.
- Redefinição das concepções socialistas sobre a Natureza e das suas relações com as questões ambientais, adoptando medidas eficazes de limitação das emissões de gases com efeito de estufa, de preservação da biodiversidade e, no caso português, conferir prioridade ao ordenamento do território, à protecção dos recursos naturais e da orla costeira.
- Prioridade ao estabelecimento de uma nova ordem internacional, de natureza multilateral, policêntrica, baseada na equidade e na coesão social, na segurança e na sustentabilidade ambiental, e assente em instituições de governabilidade e regulação mundiais, democraticamente legitimadas.

3. A Reforma do Sistema Político-Partidário.

“A opinião pública já não considera os partidos como representativos do interesse público, mas sim como empresas políticas, financiadas por operações ilegais, minadas pela corrupção e mais próximas das agências de publicidade do que dos movimentos sociais.”

Alain Touraine, Carta aos Socialistas

3.1. VALORIZAR A ÉTICA REPUBLICANA E MORALIZAR A ACTIVIDADE POLÍTICA.

Colocamos a Ética no topo das preocupações da nossa moção. É por demais evidente que a vida política nacional está corroída por jogos de interesses ilegítimos, organizados em grupos poderosos que comprometem o progresso e o desenvolvimento de Portugal e a expressão reformista da vontade democrática. Sem medo de enfrentar as questões difíceis no plano político, queremos afirmar o Partido Socialista como o partido cuja história e cuja cultura foram moldadas na escola da Ética Republicana. Um partido cuja tradição de serviço público nos impõe medidas rápidas, eficientes e transparentes para garantir que o PS não ilude a sua relação de confiança com os Portugueses.

Este objectivo não pode ser torneado e menos ainda denegrido. Representa um reforço do regime e não é um exagero democrático. Os cidadãos que se dispõem, em Democracia, a assumir os riscos da vida política devem compreender os limites e as regras da sua acção. O conceito da Ética Republicana assume uma importância que não é apenas simbólica, mas um instrumento da legitimidade democrática. Acresce que **a pedagogia da Ética Republicana é indutora de regras de bom governo.** Em todas as decisões partidárias e governativas, pelo seu efeito exemplar junto dos cidadãos, a componente ética da decisão é tão relevante como a decisão em si mesma. É um factor de cidadania e cria a necessária confiança entre governantes e governados.

No contexto da complexidade crescente das sociedades modernas e dos poderes e recursos atribuídos aos governos, o bom nome dos governantes está ligado à institucionalização de meios de verificação e controlo independentes. A existência de meios de controlo independentes é um garante de serenidade para as pessoas com responsabilidades políticas, pelo que é um erro grosseiro tratá-los como burocracias lesivas da eficácia dos governos, ou como forças de bloqueio. São instrumentos insubstituíveis num sistema de boas práticas governativas, garantia adicional de defesa dos actos e da honra dos cidadãos que exercem funções públicas.

Neste enquadramento, eis as nossas propostas:

- Fazer da Ética Democrática e Republicana uma componente central do bom governo.
- Terminar com as relações perigosas entre o poder político e o poder económico, valorizando o controlo do poder político democrático sobre o poder económico, sem prejuízo para a liberdade e a criatividade dos empresários, factores relevantes do progresso económico.
- Criminalizar o enriquecimento ilícito.
- Combater a corrupção, dotando as polícias e a justiça de todos os meios necessários e modernos para o efeito.
- Moralizar por lei os níveis máximos dos ordenados, prémios e outras mordomias pagos nas empresas e instituições com capitais públicos, directa ou indirectamente, ou em que exista

uma intervenção pública. Igualmente nas instituições e empresas privadas em que haja uma intervenção pública, mesmo que temporária.

- Terminar com a prática actual das parcerias público/privadas, em que o Estado assume, no todo ou na parte, os riscos inerentes aos investimentos e exploração de negócios geridos por entidades privadas. Quando esteja em causa uma óbvia necessidade social, e não haja interesse pelo sector privado na exploração de um determinado equipamento, cabe ao Estado assumir a totalidade dos respectivos investimentos.
- Reavaliar a utilidade e eficácia de todos os institutos, fundações e empresas de capitais públicos e criar limites à sua proliferação.
- Eliminar os circuitos e poderes paralelos na gestão do Estado.
- Penalizar fortemente os detentores de cargos políticos responsáveis pela divulgação de falsas informações ou por actos limitativos do acesso à informação.
- Valorizar o papel das instituições de controlo dos governos e autarquias, nomeadamente a Assembleia da República e o Tribunal de Contas, dotando-as dos meios e dos poderes necessários à prossecução dos seus objectivos.
- Criar níveis de remuneração dos políticos compatíveis com a responsabilidade atribuídos às funções que desempenham e ao prestígio que lhe devem estar associados, no contexto das capacidades económicas e financeiras do país, exigindo em troca austeridade e rigor na sua vida pública.

3.2 DEMOCRATIZAR E MODERNIZAR O PARTIDO SOCIALISTA

Os partidos políticos são a espinha dorsal da democracia representativa, da democracia tal como a conhecemos. Se é evidente, e salutar, que a democracia não se esgota nos partidos, sabemos que o Parlamento e o Governo são constituídos pelos partidos, legitimados no Poder ou na Oposição pelo voto popular. O Parlamento e o Governo são instâncias fundamentais da arquitectura constitucional democrática e o funcionamento institucional, a governação do país e a gestão da Administração Pública dependem da qualidade orgânica, estrutural e humana dos partidos que alternam no Poder e na Oposição, bem como da competência, probidade e empenho dos homens e mulheres que os integram.

Acontece que, em consequência de um processo prolongado de erosão, vítimas da sua própria rigidez e falta de flexibilidade, não se adaptando às exigências dos novos tempos, os partidos políticos afastaram-se dos cidadãos e caíram em descrédito. Mesmo quando herdeiros de grandes tradições de luta pela democracia e pela liberdade, os partidos já não respondem à contemporaneidade em termos de ideologia, organização, funcionamento e representatividade, marcados como estão pela sua génese na época industrial. As sociedades em que vivemos são cada vez mais pós-industriais, sociedades de informação e do conhecimento.

A partir dos anos 60 do século XX, com a aceleração das mudanças civilizacionais, os partidos foram-se descaracterizando, afastando-se das lutas sociais, dos eleitores e dos próprios militantes, esvaziando-se de referências ideológicas e teóricas, transformando-se em máquinas burocráticas e clientelares de tomada e exercício de poder por grupos cada vez mais restritos e menos representativos dos sectores da sociedade que era suposto representarem.

Constituído em 1973, o Partido Socialista português não recebeu, na sua génese, heranças ideológicas ou praxis ancoradas nos movimentos sociais e trabalhistas. Esse facto propiciou que o PS tenha estado até hoje condicionado por lideranças unipessoais que, com mais ou menos carisma e em função das circunstâncias, se orientam exclusivamente para a conquista e o exercício do Poder. Um facto em si mesmo que não seria criticável – pois essa é a finalidade dos partidos políticos – não fora a ausência de uma base ideológica consistente e de um projecto político colectivo para o futuro do País. Com excepção do fundador, Mário Soares, as lideranças que se seguiram têm-se consumido na efemeridade de ser Poder ou Oposição,

suportadas em corpos aparelhísticos e clientelares que vivem à margem dos movimentos sociais e populares, dos debates civilizacionais e da sociedade civil. Constituem esses grupos uma nova aristocracia de favores, repartida entre o PS e o PSD, partilhando a ocupação e controlo das administrações públicas – central e periféricas – e das empresas públicas. Numa economia muito dependente do Estado, é natural que essa gente tenha alargado a sua influência a grandes empresas privadas.

Nos nossos dias, um dos principais problemas da política é o facto de a maioria dos dirigentes partidários e, mesmo, governantes, nunca terem exercido uma profissão fora da política e dela dependerem, economicamente, para viverem. Não conhecem o país real e a vida real. Assim se constituem as oligarquias partidárias e aparelhísticas, o cancro do sistema partidário. Por outro lado, os profissionais competentes têm-se afastado cada vez mais da política. É isso que temos de mudar, como defende o Movimento Adere, com forte adesão e presença nas redes sociais.

O PS tem, na sua história, um facto marcante: foi o grande partido dos combates políticos que se seguiram à Revolução de Abril. Nesses anos, o PS cresceu e consolidou-se como partido interclassista, liderando com sucesso a descolonização, a implantação da Democracia e a integração europeia. Com a eleição de Mário Soares para a Presidência da República, em meados dos anos 80, tornava-se necessário redefinir desígnios e mudar de protagonistas. Em plena vertigem neo-liberal e de deriva gestionária dos partidos socialistas e social-democratas (com destaque para o Partido Trabalhista de Tony Blair), o PS entrou em indefinições de rumo. A alternância entre ser Governo e Oposição passou a implicar sucessivas mudanças de líder. E se, com a actual liderança, o PS reafirmou a sua vocação de ser Governo, a verdade é que se esvaziou como partido, enquanto colectivo de militância, de reflexão e elaboração programática e de intervenção social.

De facto, o nosso partido não tem vida activa real. Não tem contraditório. Não tem debate. Não tem criatividade. Não interage com a sociedade. Não reflecte os anseios e os interesses dos seus apoiantes e militantes, que os dirigentes não respeitam nem ouvem. Corpo que se move por inércia, conduzido por cúpulas restritas, o PS perdeu a noção de colectivo, da discussão e da luta ideológica.

A Democracia portuguesa precisa de um PS renovado, apto a ser um movimento de transformação social e não apenas uma força de apoio ao Governo. É urgente que o Partido Socialista empreenda uma profunda modernização e democratização da sua estratégia, funcionamento, práticas e imagem, abrindo-se à sociedade e aos valores e exigências do nosso tempo.

Para se renovar, o Partido Socialista tem de sintonizar-se com os valores, temas e causas contemporâneos, no debate e na acção, colocando as grandes questões civilizacionais nos sistemas de poder e de decisão política. Torna-se necessário abrir o PS a novos militantes e a novas formas de militância. Para isso propomos as seguintes medidas:

1. Estabelecer a meta de **duplicar o numero de militantes** nos próximos dois anos. Introduzir no discurso dos dirigentes o apelo à filiação e participação dos simpatizantes na vida do Partido. Possibilitar a adesão *on-line* e publicitar, anualmente, o número de militantes activos (com quotas pagas).
2. Obrigatoriedade (de acordo com os Estatutos) de **funcionamento dos órgãos nacionais, com regularidade e democraticidade**, de modo a debater e decidir sobre as políticas do partido.
3. Implementar a **participação dos simpatizantes** na vida do Partido, tal como se prevê nos Estatutos. Os militantes e estruturas deverão promover os respectivos registos (Ficha anexa).

4. Adopção das **eleições primárias** para a designação dos candidatos do Partido aos actos eleitorais sendo o seu universo eleitoral constituído por militantes, simpatizantes e eleitores declarados, previamente recenseados. A próxima eleição presidencial será uma boa oportunidade para a adopção de eleições primárias caso se apresentem mais que um candidato da área socialista
5. Instituir a possibilidade de **referendos internos** para aprovação das alterações estatutárias significativas ou das grandes questões doutrinárias ou programáticas do Partido.
6. Dinamizar a constituição de **cibersecções** e de **secções temáticas** e proceder a **reorganização das secções de residência**, para as tornar representativas e operacionais.
7. Promover a constituição de **federações de âmbito regional**, antecipando e dando suporte político à regionalização do país.
8. Instituição de **regras e meios de transparência nas eleições internas**, que assegurem condições de democraticidade efectivas, com igualdade para todos os candidatos e pesadas sanções disciplinares para as irregularidades processuais, as pressões e os expedientes ilegítimos.
9. Estabelecer que o pagamento das quotas só possa ser feito pelo próprio militante, através de MB, transferência ou cheque e que só possam votar os militantes com quotas regularizadas até 30 dias antes dos actos eleitorais.
10. Obrigatoriedade da **declaração de interesses dos dirigentes partidários** (idêntica à que é exigida aos titulares de órgãos de soberania e altos cargos políticos) com registo à guarda e controlo da Comissão Nacional de Jurisdição.
11. Criação de uma **Comissão de Ética** que se ocupe da avaliação e julgamento de actos e situações que contrariem a ética republicana e socialista (com um enquadramento estatutário, composição e atribuições a definir após alargada reflexão interna).
12. Recurso intensivo às novas tecnologias, para **afirmação activa do PS no ciberespaço e na blogosfera**, propiciando a participação dos militantes e apoiantes através das redes sociais e a comunicação entre eles através da disponibilização de contactos de email.
13. Criação de **Espaços PS**, de elevada qualidade estética, funcional e tecnológica, agrupando secções de residência nas grandes cidades, lugares de convívio e debate, favorecendo o relacionamento político entre militantes, apoiantes, eleitores e actores da sociedade civil.
14. Abertura e dinamização da **República** por forma a transformar este organismo (recentemente criado mas que funciona de forma quase secreta) numa estrutura de reflexão e estratégia de apoio aos órgãos do Partido e à definição de políticas, de natureza prospectiva e programática, com a participação dos militantes, simpatizantes e independentes, incluindo nas suas actividades a vertente social e cooperativa.

4. Educar e Formar para um Tempo Novo.

4.1. REFORMAR A EDUCAÇÃO.

Há 36 anos que o sistema educativo português está em constantes alterações. Reformas e contra-reformas sucedem-se, ininterruptamente, ao ritmo dos governos e dos ministros que tutelam a pasta. A Educação é um factor determinante do desenvolvimento humano, económico e social. O progresso das sociedades está estreitamente ligado ao binómio educar-aprender. Nas condições actuais da sociedade portuguesa, face aos desafios da sociedade do conhecimento, a educação e a formação qualificantes devem constituir a prioridade das prioridades.

Qualquer mudança que se faça na Educação deve ter como princípio orientador a melhoria da qualidade e da exigência, valores sacrificados em favor dos indicadores estatísticos. O facilitismo que subsiste no nosso sistema educativo põe em causa a qualidade de vida das gerações vindouras e hipoteca o futuro da nossa Cultura, da nossa Ciência e da nossa Economia.

Adequar o sistema educativo português a este tempo novo exige coragem política e competência técnica. Há que tomar medidas para acabar com o confronto desgastante, depredador de energias e de recursos, entre as duas forças antagónicas que se exibem nos média e estrangulam o sector: a tecno-estrutura ministerial da 5 de Outubro (que tudo quer controlar) e os Sindicatos ligados à Educação (que, ao longo dos anos, acumularam poder através de jogos tácticos em defesa de interesses mais corporativos do que sindicais, bloqueando qualquer tentativa de mudança que ponha em causa o *status quo* dos professores).

A construção de uma visão partilhada para a Educação passa pela criação de um **Grupo de Missão** que venha a desenhar uma estratégia consistente e consensualmente alargada. Coordenado por uma personalidade respeitada e experiente, com capacidade de concertação, este grupo deverá ser integrado por especialistas reconhecidos do sector da Educação, da Ciência e da Cultura e por representantes de outras áreas, designadamente do mundo da economia e do trabalho, dos municípios e das associações de pais.

Temos de construir um sistema educativo que, para além da sua universalidade, se distinga pela elevada qualidade, pela pluridisciplinaridade dos conhecimentos que difunde e pela sua acessibilidade ao longo da vida, com vista a assegurar:

- As condições de formação e emancipação individual e humana.
- A difusão e o enraizamento dos valores próprios de uma comunidade democrática, tolerante e solidária.
- A empregabilidade que garante o acesso e manutenção no mercado de trabalho, o melhor caminho para a integração social e económica.
- A qualificação profissional para o desenvolvimento da criatividade e da produtividade.
- O desenvolvimento de uma cultura científica.

Para isso é necessário que os conteúdos educativos e a Escola, a todos os níveis, proporcionem:

- O desenvolvimento da criatividade, da iniciativa individual.
- O sentido crítico e a capacidade de comunicação.
- A aprendizagem experimental e do concreto.
- Versatilidade, capacidade de compreensão e de acção perante um mundo em mudança.
- O reforço da atitude ética de cada indivíduo perante a vida e os seus concidadãos: espírito de solidariedade, de equidade, de tolerância, dos deveres sociais e uma disposição positiva para o trabalho em equipa.

Nos últimos anos, registaram-se mudanças significativas que importa mencionar, como a aposta na renovação do parque escolar, o alargamento do ensino obrigatório até ao 12.º ano, o incremento do ensino pré-escolar, a implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular no Ensino Básico, a avaliação de professores, a implementação do Plano Tecnológico, o reforço do Ensino Profissional, as Novas Oportunidades. Deram-se passos importantes, mas temos ainda uma longa caminhada pela frente.

Um dos principais objectivos do Estado na Educação deve ser o de **garantir a igualdade de oportunidades à entrada do ensino obrigatório**. É essencial assegurar que as crianças das famílias mais pobres tenham acesso a creches e ao pré-escolar desde a mais tenra idade, 10 horas por dia, com alimentação e transporte. Só assim poderemos romper o círculo vicioso da pobreza e da ignorância que marginaliza um terço das famílias portuguesas no processo de desenvolvimento e da criação de riqueza.

As medidas a adoptar para o sistema educativo podem ser enquadradas em quatro grandes áreas.

4.1.1. CONTEÚDOS. PROGRAMAS.

- Fomentar em todos os graus de ensino a educação para o empreendedorismo, entendendo-se aqui o conceito de empreendedorismo como a capacidade que cada um de nós tem para pensar, para propor, para agir, para inovar qualquer que seja o sector de actividade. É importante ajudar os empreendedores à criação do seu próprio emprego, prestando-lhes todas as informações relacionadas com os apoios existentes.
- Rever os actuais planos curriculares, especialmente o do 3.º ciclo do ensino básico. A enorme dispersão de disciplinas e a má distribuição das cargas horárias resultam numa sobrecarga dos alunos que aprendem um pouco de tudo, mas aprendem mal. Devem ser reforçadas as áreas de formação base, como o Português e a Matemática, disciplinas fundamentais para a progressão de qualquer aluno, há muito o nosso ponto fraco.
- O estudo da filosofia é fundamental para que se estimule o pensamento, a reflexão crítica e a interpretação. Promover e inculcar junto dos mais jovens o gosto pela ciência, pela descoberta, pela cultura, estimulando-os à construção de um pensamento crítico e reflexivo que os acompanhe ao longo da vida.

4.1.2. PROFESSORES. PARTICIPAÇÃO, FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO.

- É necessário que todas as reformas sejam feitas em diálogo e concertadas com os agentes educativos, nomeadamente os professores. Isto não dispensa a necessidade de enfrentar e vencer a resistência de interesses instalados, nomeadamente de natureza corporativa.
- Avançar com o sistema de avaliação dos professores é fundamental. No entanto, este processo deve ser desburocratizado e deve contar com a participação dos próprios professores, sem afastar a hipótese de recurso a avaliadores externos.

- Há que repensar a formação contínua de professores. Verifica-se na formação ministrada aos professores a presença dos mesmos formadores em áreas muito distintas, mesmo naquelas em que não possuem as competências técnicas exigíveis.

4.1.3. GESTÃO DO SISTEMA. ESCOLAS.

- Reforçar a autonomia das escolas e respeitar a sua liberdade de organização. Estas devem ter a liberdade e a flexibilidade necessárias para definirem o seu próprio modelo de gestão e organização, para gerirem os seus currículos, os seus projectos educativos, adaptando-os às necessidades dos alunos e das comunidades que servem.
- Fomentar a envolvência da sociedade, dos empresários, dos pais na própria escola, como factor de sucesso do projecto educativo da escola. Não se faz por decreto, faz-se envolvendo, mobilizando, criando incentivos à participação.
- As escolas devem ter uma liderança forte, um rosto, que seja conhecido e respeitado pela comunidade. As escolas devem ser lideradas por alguém que tenha a capacidade para motivar e gerir recursos e consiga fazer de cada escola um pólo de desenvolvimento de uma região, de uma cidade, de uma comunidade, abrindo a escola ao exterior.
- Reformular o actual sistema de classificação de escolas num *ranking* nacional. O modelo actual não traduz a realidade de cada uma das escolas e é facilmente manipulável, o que obriga a que se olhe para os resultados com grande ponderação. Num processo desta natureza, não podemos ignorar o contexto socioeconómico e as características específicas de cada escola.
- Acabar com a dicotomia ou a comparação entre escolas públicas e escolas privadas. Todas prestam um serviço público de educação.
- Proporcionar aos Portugueses uma rede equilibrada, sem sobreposição de ofertas formativas e consequente desperdício de recursos financeiros.

4.1.3. EQUIPAMENTOS. INSTALAÇÕES.

- Há que prosseguir o programa de introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação nas salas de aulas, promovendo o seu uso efectivo por parte de professores e alunos.
- A criação dos mega-agrupamentos de escolas deve ser revista. Se em alguns casos a criação destes mega-agrupamentos permite a racionalização e optimização dos recursos, noutros casos, a sua dimensão é de tal ordem que as escolas se tornam ingovernáveis e pouco funcionais.

5. Mudar a Justiça.

A Justiça, um dos pilares do Estado de Direito, está numa situação de bloqueio e não funciona em Portugal. É necessário assumir, com determinação, a resolução dos principais problemas, que passam pelas inaceitáveis demoras processuais, pela má qualidade da justiça que se aplica, pela desadequação às realidades do nosso tempo e pelo agravamento significativo das custas judiciais. Neste último caso, estamos perante uma situação em que os cidadãos deixaram de ser iguais perante a Lei, já que só os mais ricos e poderosos têm os meios financeiros exigidos para invocar a Lei em seu favor nos tribunais portugueses.

Os problemas acima referidos têm causas várias, entre as quais destacaremos seis. **Legislação desadequada às realidades concretas que visa regular** – seja por desactualização das normas ou por falta de bom conhecimento e avaliação dessas realidades. **Excessiva complexidade dos mecanismos processuais**, administrativos e judiciais. **Recurso excessivo à legislação por impulso**, que muitas vezes agrava significativamente os problemas que deveria resolver – casos de reforma da acção executiva e, mais recentemente, da legislação penal e de processo penal. **Sistema deficiente de preparação e avaliação dos magistrados**, em consequência alheados da vida concreta das pessoas e instituições, sem horizontes nem cultura de rigor e mérito. **Falta de visão global do sistema** que se encerra em si mesmo, alimentando-se dos seus próprios erros e vícios. E, finalmente, um problema que se tem agravado nos últimos anos: **a falta de qualidade técnica e do próprio Português dos textos legais**, facto que causa sérias dificuldades na sua aplicação. O mau Português de muitas sentenças, sob a máscara de um linguajar técnico impenetrável para o cidadão comum, é também inaceitável.

Para reformar a Justiça e pôr fim a este estado de coisas, deverão ser tomadas medidas a nível legislativo, administrativo e de formação. O debate das soluções e a decisão das medidas a tomar deve abranger não só as profissões jurídicas tradicionais, como advogados e magistrados, mas também outros intervenientes no sistema, de forma a alcançar o objectivo de adequação à realidade. Eis as nossas propostas:

- Simplificar os mecanismos processuais, expurgando-os de actos e procedimentos inúteis.
- As intervenções nos principais diplomas legais (caso do Código Civil e de Processo Civil, Código Penal e de Processo Penal) devem ser efectuadas numa lógica global e sistemática e não em múltiplas reformas pontuais e desligadas, que transformam o que deve ser um todo coerente numa manta de retalhos.
- As referidas reformas devem ser efectuadas procurando um amplo consenso, não só político mas também técnico e social, por forma a adequá-las à realidade e a evitar as alterações sucessivas ao sabor das alternâncias de poder. Esta prática, além de retirar segurança jurídica ao sistema, torna quase impossível a tarefa de quem aplica e trabalha com a Lei. E limita o acesso dos cidadãos em geral ao seu conhecimento.
- Ao nível da justiça criminal, é necessário assumir sem complexos o combate à insegurança como uma questão prioritária. A repressão da corrupção e de outros crimes praticados pelos detentores do poder é uma exigência inalienável do Estado de Direito.

- É imperioso suspender e reavaliar o novo regime de custas, que além de encarecer substancialmente a justiça, complica os pagamentos e reduz as possibilidades de acesso dos mais desfavorecidos.
- Reformar o sistema de formação dos magistrados, por forma a aumentar a componente prática, com formação em áreas não estritamente jurídicas e contacto directo com algumas realidades, educando-os por forma a sobrepor a realização da Justiça à mera aplicação mecânica e burocrática de textos legais.
- Iniciar um debate alargado no sentido de tornar mais eficiente e menos corporativa a avaliação do desempenho dos magistrados, encarando a eventualidade de alterações constitucionais na composição do Conselho Superior de Magistratura, garantindo sempre a sua independência face ao poder político.
- A gestão dos tribunais deve ser profissionalizada e entregue a gestores experientes, principalmente nas grandes comarcas, separando essa função da administração da justiça.

6. O Combate às Desigualdades.

A Esquerda tem de retomar, com um novo fôlego, o combate às desigualdades, uma das suas marcas fundadoras e identitárias. Da Revolução Francesa aos anos 70 do século XX, a história do progresso social releva dos combates dos trabalhadores e das organizações sindicais e políticas traduzidas em assinaláveis conquistas sociais e humanitárias: o acesso à Educação e à Cultura, melhorias salariais e das condições de trabalho, sistemas de saúde e de segurança social. O Socialismo Democrático forjou-se nessas lutas e teve um papel determinante nas conquistas sociais, no desenvolvimento económico, científico e dos direitos humanos dos últimos 150 anos.

Contudo, a partir dos anos 80 do século XX, enquanto aumentava a produção da riqueza, em resultado dos progressos científicos e tecnológicos e da produtividade do trabalho, as desigualdades sociais aprofundaram-se e multiplicaram-se os excluídos. Aumentaram, de forma intolerável as situações de pobreza. Nas sociedades contemporâneas, apesar dos extraordinários avanços na produção de bens e riqueza, a sua distribuição é cada vez mais desigual e injusta.

Às desigualdades básicas tradicionais, a globalização veio juntar novas situações de discriminação e de precariedade entre os quadros e trabalhadores qualificados, face à feroz competição dos mercados e à constante deslocalização das empresas. Para além da injustiça social e da limitação ao exercício dos direitos e liberdades individuais e colectivos, estas situações condicionam, também, o desenvolvimento económico e põem em causa a coesão e a paz sociais.

Em Portugal, cerca de dois milhões de pessoas – mais de 18% da população – vivem abaixo do limiar da pobreza. A classe média está debilitada e a angústia perante as incertezas do futuro está a minar a confiança nas bases da nossa jovem democracia. Enquanto isto, as 100 famílias mais ricas de Portugal – 1% da população – detêm 22% da riqueza nacional.

A governação do Partido Socialista não tem acautelado os riscos deste cenário. Pelo contrário, com medidas de austeridade que atingem as camadas intermédias da população – ao mesmo tempo que permite ganhos, distribuição antecipada de dividendos e salários escandalosos em empresas públicas e participadas – tem criado descontentamento, protesto e revolta na maioria das pessoas.

O Partido Socialista tem de retomar o combate central pelo emprego, pela igualdade e pela inclusão.

Os socialistas não se podem conformar com políticas sociais limitadas a medidas assistencialistas. O rendimento, o salário e os apoios mínimos são medidas louváveis em termos humanitários, já que asseguram condições de sobrevivência aos mais excluídos. Mas não é com elas que se farão as mudanças estruturais da condição profissional, social e humana das pessoas e das famílias.

Munidos de uma visão de futuro – renovação do contrato social e refundação do Estado Providência – os Socialistas, o PS e o seu Governo têm de agir, adoptando medidas concretas que assegurem as garantias reais, traduzidas em igualdade de oportunidades no acesso à educação, à formação permanente e à cultura.

Há que desenhar políticas que promovam o reequilíbrio da repartição dos rendimentos entre o trabalho e o capital. E há que encontrar mecanismos moralizadores que corrijam a situação das chocantes remunerações milionárias, em salários, prémios e pensões de reforma dos administradores e altos quadros. Nesta matéria, parece de elementar bom senso que os prémios sejam atribuídos em acções e participações no capital social, não em dinheiro. A adopção de uma consistente fiscalidade distributiva, designadamente entre capital e trabalho, e a tributação dos altos rendimentos patrimoniais (heranças, grandes fortunas e resultados da banca) deve fazer parte de uma grande reforma tributária, ao encontro de uma moralização nacional.

Paralelamente, deve fazer-se o reforço dos sistemas de protecção social a favor dos mais pobres e daqueles que são atingidos por situações de precariedade. É também imperioso combater as discriminações que subsistem no mercado do trabalho ou no acesso aos serviços com base no género, origens sociais e étnicas, idade e orientações sexuais.

Para os Socialistas, a aposta nas pessoas é fundamental. Só com a generalização da Educação e da Formação ao longo da vida, Igualdade de Oportunidades e mais Justiça Social será possível caminhar para uma sociedade mais justa, democrática, criativa e sustentável. Tendo em vista dar sentido e expressão concreta, socialista, ao progresso civilizacional, propomos que a par do PIB e dos indicadores ambientais generalizadamente utilizados (emissões de carbono, por exemplo), seja adoptado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador das Nações Unidas para avaliar o progresso das condições de bem-estar social.

O PS e o seu Governo têm de ser agentes activos dos combates e soluções pela Igualdade. Igualdade sem eufemismos nem relativizações. A conquista das condições materiais do exercício das liberdades é decisiva para o desabrochar da individualidade criativa de cada ser humano. Só numa envolvente socialmente justa se pode esperar que cada ser humano se realize na sua plena individualidade.

6.1. RECONCILIAR O PARTIDO SOCIALISTA COM O MUNDO LABORAL.

Uma das principais bases de apoio do Partido Socialista é constituída por militantes e simpatizantes que são trabalhadores, tanto do sector público como do sector privado. Esta situação obriga-nos a dar particular atenção à articulação da acção partidária com a acção sindical e reivindicativa. Face ao crescimento do desemprego, aos despedimentos, ao encerramento de empresas, muitas vezes fraudulento, o Partido Socialista deve estar ao lado dos trabalhadores e sindicatos, como é exigido a uma força de Esquerda que não se divorcia das suas tradições e ideais.

Não é aceitável que os dirigentes se lembrem da existência de secções sectoriais e da tendência sindical socialista – quer na CGTP, quer na UGT – quando é tempo de campanha eleitoral, e que em tempo de luta corram a demarcar territórios.

A valorização do trabalho e a promoção dos direitos dos trabalhadores constituem um eixo essencial do socialismo democrático. Não só no plano doutrinário, mas também, e sobretudo, no plano da acção. Por aqui passa, também, uma linha de demarcação absoluta face ao pensamento e às políticas da direita.

O mundo do trabalho mudou muito e vai continuar a mudar. Os Socialistas, que incluem no seu património histórico a criação do direito do trabalho, a institucionalização das relações laborais e o desenvolvimento do Estado Providência, sabem que a desregulamentação dos mercados de trabalho não é uma panaceia milagrosa para a competitividade. No sentido oposto, porque valorizam o diálogo, a concertação e a inovação, os Socialistas também não demonizam novas soluções de enquadramento laboral, com medo de que os trabalhadores percam direitos adquiridos. **Os Socialistas sabem que a legislação e as formas de regulação dos mercados de trabalho que não se adaptam às mudanças económicas e às transformações sociais vão perdendo efectividade à medida que deixam problemas sem respostas.** Mas recusam veementemente a falsa ideia de que o meio necessário dessa adaptação seja a precariedade do emprego dos jovens que querem entrar no mercado de trabalho ou dos desempregados que querem a ele regressar. **Liberalizar os despedimentos não é solução para os problemas de Portugal.** Será apenas mais um problema.

À boleia da crise, e em nome de um aumento de competitividade que não se tem confirmado depois da aplicação das novas regras, a revisão do Código do Trabalho provocou o seu desequilíbrio em detrimento dos trabalhadores. Por outro lado, não se pode avaliar a produtividade do trabalho, que é medida em euros, sem levar em conta o valor relativo do trabalho realizado no mercado, seja em produtos, seja em serviços. Uma sociedade solidária não pode aceitar que o Estado se demita do seu papel de garante dos direitos sociais, incluindo o direito ao trabalho. **Não há direito ao trabalho se houver trabalho sem direitos.**

Os trabalhadores tornaram-se vítimas indefesas de uma crise provocada sobretudo pela desregulamentação do mercado financeiro para a qual não contribuíram, abdicando de muitos dos seus direitos e vendo-se de facto impedidos do acesso à cidadania plena que a democracia lhes prometeu. **A dignidade, a segurança e os direitos laborais são cada vez mais substituídos pelo medo, pelo risco e pela precariedade que atinge não só os jovens mas todas as idades.** Perante este terrível cenário, a frustração e o divórcio entre os cidadãos e as instituições democráticas cresce a um ritmo galopante. **A diferença entre esquerda e direita passa pelas respostas a estes problemas.** A intervenção correctiva do mercado por parte do Estado é vital e imperiosa, mas deve ser feita em prol dos mais desfavorecidos, com mais solidariedade e justiça social.

A nova equação de responsabilidades no mundo laboral que defendemos tem de incluir o combate às desigualdades de género e políticas activas de conciliação da vida profissional e privada. Defender os trabalhadores jovens da exploração a que a competição pelo emprego os expõe é outra das prioridades essenciais da coesão social, numa perspectiva intergeracional e solidária.

A situação das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho é particularmente preocupante. **As mulheres têm salários médios mais baixos, menor reconhecimento social e menos acesso a cargos públicos e de chefia. São elas as mais atingidas pelo desemprego e pela pobreza.** Os jovens enfrentam enormes dificuldades para entrar na vida activa, sujeitando-se a situações de grande precariedade e total ausência de direitos laborais. Há que reverter esta situação. Sendo a questão chave do nosso tempo aumentar o capital social das pessoas, é-o também dar-lhes iguais oportunidades.

O clima de crise permite que os Portugueses compreendam e aceitem medidas económicas de contenção. Mas há um capital de expectativas e de esperança que corre o risco de se perder, caso o ciclo negativo em que estamos não seja rapidamente revertido. **Precisamos de políticas activas no campo do emprego, mas também de medidas consistentes de combate aos encerramentos e falências fraudulentas de empresas com viabilidade. As empresas cumpridoras, que promovem a produtividade com responsabilidade social e respeito pela liberdade sindical, devem ser premiadas.** A nova cultura de empresa tem de fundar-se na excelência e na motivação dos trabalhadores, mas também no diálogo social, nos direitos democráticos e na gestão de conflitos. Precisamos de programas de reestruturação industrial que envolvam e mobilizem os actores sociais locais e regionais, construindo sinergias e alargando as redes de iniciativa e de desenvolvimento local, em articulação com as comunidades, os municípios, os sindicatos, as escolas, as associações e os cidadãos em geral.

6.2. FAZER DO PS O PARTIDO DOS JOVENS PORTUGUESES.

Este é o momento de trazer os temas da Juventude para primeiro plano das preocupações do PS, fazendo de nós o verdadeiro **Partido dos Jovens Portugueses**. O combate às desigualdades passa por um trabalho árduo de mobilização da Juventude, fazendo-a participar na construção das soluções que resolvam as ansiedades e incertezas que hoje pairam sobre o futuro. Esta é uma das gerações mais desiludidas e desanimadas da nossa história recente, a quem tudo foi prometido na infância e na adolescência, para tudo ver negado no momento de entrar no mercado de trabalho.

Os jovens sentem o seu futuro hipotecado, porque os média os bombardeiam com um mix esquizofrénico de apelos ao consumo e de ameaças intransponíveis. As notícias dizem-lhes que serão eles a pagar os juros dívida pública galopante. A publicidade diz-lhes que, se tudo querem, tudo podem. O que nós Socialistas temos de lhes dizer é que os problemas existem, que o diagnóstico está feito, mas que há um horizonte de esperança.

Precisamos de dar resposta às incertezas em torno do sistema de Segurança Social, criando soluções que garantam aos jovens os seus direitos e o acesso aos equipamentos sociais básicos. Se a grande maioria dos jovens se sente enganada, desiludida pelas promessas de que mais qualificação significaria melhor qualidade de vida, precisamos de construir solidariamente soluções para o emprego dos jovens qualificados, combatendo a precariedade e os baixos salários.

Fomentar o empreendedorismo jovem, baseado na inovação e nas Tecnologias da Informação e do Conhecimento, criando linhas de crédito e incentivos fiscais a quem queira iniciar um negócio é o caminho para superar a frustração da grande massa de jovens desempregados que vivem sem qualquer apoio social. **Jovens criando emprego para jovens, deve ser a resposta programática do PS e do seu Governo** para combater o problema do desemprego daqueles que são obrigados a viver na casa dos pais e a depender destes economicamente (adolescentes até aos 40 anos) – ou então são empurrados para a marginalidade e a pobreza. **O PS e o seu Governo devem abrir aos jovens janelas de oportunidades**, criando condições sociais para que possam fazer planos de futuro e constituir família. Políticas de apoio à natalidade, combinadas com programas equilibrados de conciliação da vida laboral e familiar podem dar aos Jovens Portugueses outro ânimo e mais esperança, mobilizando-os para as mudanças sociais que terão de protagonizar.

Sabemos que os jovens estão, neste momento, entre os mais desiludidos com o Governo e com a Política. Mas sabemos também como os jovens são criativos e generosos quando abraçam uma causa e escolhem um caminho. A Esquerda, o Socialismo Democrático e o PS são as forças que podem mobilizar a energia da Juventude para a estratégia de mudança de que Portugal precisa. É uma boa causa. E é o único caminho.

7. Um Novo Modelo de Desenvolvimento Económico.

A produtividade e a competitividade da economia portuguesa enfrentam problemas estruturais cujo diagnóstico e resolução têm sido persistentemente iludidos e adiados: tradicional natureza rentista e especulativa do capitalismo português, défice de formação no empreendedorismo, baixas qualificações escolares e profissionais e reduzido investimento em investigação e em processos de inovação. Os negócios fundiários e imobiliários, a construção civil e o capital financeiro especulativo têm esgotado a economia, mantendo o Estado refém da satisfação dos seus interesses. Inviabilizado ou limitado que está o investimento produtivo, esta situação conduziu aos baixos índices de desenvolvimento de Portugal e à nossa tradicional dependência externa – depois do ouro do Brasil no século XVIII, as remessas dos emigrantes e os Fundos Comunitários no século XX, entrando pelo século XXI. Os elevados défices da balança de pagamentos e o galopante endividamento externo são também o resultado deste estado de coisas.

7.1. CAUSAS DA CRISE

De uma maneira simplificada, diremos que as causas da crise e do empobrecimento dos Portugueses são simultaneamente políticas e económicas. Algumas são antigas e atravessaram todo o período após o 25 de Abril e outras são recentes, ou atingiram maior dimensão nos últimos cinco anos:

- Ausência de uma estratégia nacional para o progresso e para o desenvolvimento, com a correspondente falta de políticas sectoriais.
- Modelo económico herdado do período da EFTA, baseado no baixo custo da mão de obra. Teve grande sucesso nos anos sessenta e setenta do século passado, em parte devido ao investimento estrangeiro, mas hoje concorre directamente com a China, sendo portanto insustentável.
- Economia dual: as grandes empresas e grupos económicos a actuar no sector de bens não transaccionáveis e no mercado interno, favorecidos pelo poder político; e o sector de bens transaccionáveis quase totalmente constituído por pequenas e médias empresas, muitas delas exportadoras, esmagadas com custos superiores aos do mercado internacional, nomeadamente na burocracia, energia, telecomunicações, transportes, finanças.
- Excesso de recursos nacionais consumidos pelo Estado, recursos que resultam essencialmente da cobrança dos impostos e do seu constante agravamento, o que contribuiu para reduzir a competitividade externa da economia.
- Fracasso do sistema educativo, em particular na quantidade e qualidade da formação nas áreas científicas em geral e das engenharias em particular. Com o resultado de manter quase um terço da população portuguesa a viver na pobreza e na ignorância, sem condições de contribuir para a criação da riqueza nacional, o que constitui um elevado custo social.
- Excesso de obras públicas sem rentabilidade assegurada e sujeitas a revisões sistemáticas de preços, sempre em alta.
- Excesso de habitação em casa própria e inexistência de um mercado saudável de arrendamento. Adicionalmente, a ausência de investimento no mercado da reabilitação de imóveis degradados resultou na degradação acentuada da imagem urbana do País.

- Adopção do modelo de parcerias público-privadas, como solução para manter elevado o investimento em obras públicas, modelo levada a cabo em condições negociais ruinosas para o Estado e através do endividamento das futuras gerações. Com a agravante de que maioria desses investimentos só são rentabilizáveis a longuíssimo prazo.
- Investimento promovido pelo Estado no estrangeiro, através das grandes empresas e grupos económicos, que para isso se endividaram, usando recursos financeiros escassos e que faltaram ao sector exportador e às novas iniciativas empresariais.
- Crescente promiscuidade entre o poder político e o grande poder económico, contribuindo para generalizar o fenómeno da corrupção, retirando por essa via uma fatia adicional à economia produtiva.
- Fraca qualidade dos governos e incapacidade negocial dos governantes, que comprometeu a soberania portuguesa sobre sectores essenciais para o progresso económico, como a Zona Económica Exclusiva, as Pescas e a Agricultura.

O crescente endividamento externo foi a resultante natural do conjunto dos erros descritos, instalando-se nos Portugueses uma natural angústia em relação ao futuro. Não são visíveis no horizonte ideias claras de como superar muitos dos condicionalismos descritos e de reconduzir Portugal ao progresso e ao desenvolvimento económico. Se alguma coisa caracteriza hoje o debate nacional, é a confusão estratégica e a perda de perspectivas, a persistente ilusão dos problemas e o adiamento das soluções.

O debate político oficial ainda se faz essencialmente entre a Esquerda e a Direita, utilizando conceitos que remontam ao século XIX, sem um esforço sério para reavaliar os progressos económicos, culturais e sociais dos últimos cem anos. Por outro lado, a sociedade civil está manietada entre os grupos de interesses, o poder dos partidos e o cansaço de um processo político que já leva trinta e seis anos após o 25 de Abril. Prometeu-se demasiado, cumpriu-se apenas uma pequena parte.

Pelo lado do poder político, as respostas à crise não se vão alterar, nem melhorar, com a mera alternância partidária. Pelo menos enquanto não se conseguir uma mudança profunda nos partidos políticos e na sua praxis.

7.2. CONDIÇÕES A CRIAR

- Democratização dos partidos políticos, honradez, verdade e exemplaridade da actividade política, no sentido de recolocar a participação dos cidadãos na primeira linha do debate político e da procura de novas vias para o progresso e para o desenvolvimento de Portugal.
- Previsão, estudo e debate dos grandes problemas nacionais e globais, como alavanca do desenvolvimento sustentado, no sentido de antecipar, em vez de copiar, as soluções.
- Representar Portugal, com qualidade política e técnica, nas diversas instituições internacionais em que participamos, particularmente na União Europeia, defendendo uma visão universalista e autónoma, sem medo de inovar e sem complexos de país pequeno e alegadamente periférico.
- Saber para onde vamos. Desenhar uma estratégia que tenha em conta o nosso posicionamento histórico e geográfico e as novas condições criadas pela globalização, que nos permita antecipar as transformações em curso nas sociedades modernas.
- Amplo debate público no sentido de consensualizar uma estratégia euro-atlântica que transforme Portugal na plataforma das comunicações e dos transportes globalizados da Europa, que a nossa posição geográfica potencia.

- Reformas do Ensino, da Justiça e da Administração Pública, criadoras das condições de eficiência e da competência necessárias para o grande salto da competitividade nos tempos da economia do conhecimento.
- As reformas inadiáveis só podem ser realizadas num clima geral de disciplina e probidade, cuja pedagogia cabe ao bom governo e às instituições da sociedade civil, através da ética da responsabilidade e da pedagogia da verdade e da honradez.
- A Administração Pública deve ser refundada com dirigentes qualificados e a gestão por objectivos, terminando com o desastre da escolha partidária.
- Extinguir as empresas e os institutos com funções paralelas às da Administração Pública.
- Acabar com as distorções criadas pela dualidade económica, introduzindo mecanismos de regulação que favoreçam a concorrência, dando prioridade ao desenvolvimento e inovação de produtos e bens transaccionáveis.
- Incentivar a produção destinada à exportação, sempre que possível para mercados e parceiros exigentes.

7.3. PROMOVER A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA PORTUGUESA.

Um pequeno país de apenas dez milhões de habitantes, com História e com esta localização geográfica, parte da União Europeia, com um povo que a trabalhar no estrangeiro sempre criou boa imagem, tem todas as condições para desenvolver uma economia saudável e uma participação activa no progresso e na afirmação da civilização europeia. Restaurar a confiança dos Portugueses em si próprios é tarefa prioritária.

O progresso da economia passa por consciencializar os Portugueses, e em particular os empresários, sobre a necessidade de uma estratégia para o desenvolvimento e de disciplina na sua implementação. É essencial sabermos qual a direcção em que todos podemos orientar os nossos esforços, com a segurança de um Estado que garanta a continuidade e a estabilidade das políticas e das leis.

Não podemos influenciar as regras da economia global. Mas podemos tirar partido das nossas vantagens competitivas e dos saberes acumulados, para ser uma economia de nicho no contexto da Europa e do Mundo. Neste processo de transformação da economia através da concretização de uma estratégia comum de desenvolvimento, devemos contar com todos os sectores: Agricultura, Pescas, Energia, Indústria, Turismo. Não haverá sectores pobres na Economia Portuguesa.

Mas não só os sectores económicos se deverão mobilizar. As Forças Armadas deverão inserir-se no esforço produtivo nacional, potenciando a estratégia escolhida, nomeadamente no plano da Zona Económica Exclusiva e da afirmação nacional no espaço Atlântico. As Universidades e os centros de I&D deverão ligar-se às empresas para potenciar a inovação e a competitividade. Os agentes culturais deverão articular-se intersectorialmente para criar pólos produtivos que atraiam investimento e favoreçam a criação de indústrias culturais potencialmente exportadoras.

Todos os sectores da economia devotarão as suas prioridades à produção de bens e serviços transaccionáveis e competitivos nos mercados externos. Produtos que possam ser exportados ou substituam importações, nas condições de mercado aberto e competitivo em que vivemos.

É essencial para o crescimento económico sustentado que a Indústria Portuguesa ultrapasse o seu actual modelo de subcontrato em direcção a um modelo que incorpore a produção nacional integrada de produtos tão próximos quanto possível dos consumidores/utilizadores.

Trata-se de subir na cadeia de valor, de forma a melhorar a produtividade nacional – que se mede em valor e não em quantidade. Devemos promover a vocação nacional já existente no campo dos componentes e dos serviços destinados à indústria, com o objectivo de atrair investimentos de empresas integradoras, isto é, empresas que adquiram no mercado nacional a custo competitivo o que precisam para incorporar nos seus produtos finais. Há que iniciar, com urgência, negociações com as grandes empresas estrangeiras instaladas em Portugal, no sentido de aumentarem a sua incorporação nacional, tendo como base oferecer sempre essa incorporação a preços mais baixos do que os actuais e com a qualidade e o serviço equivalentes.

Em coerência com a estratégia definida, reforçar a *clusterização* da economia. Em particular, formalizar e desenvolver o *cluster* de produtos industriais de consumo, baseado em sectores já existentes em Portugal: engenharia de produto, prototipagem, moldes para plásticos, ferramentas de estampagem, moldes para fundição injectada, transformação de matérias plásticas, injeção de ligas metálicas leves, pintura e decoração de peças em plástico e metal, electrónica, robótica, software, design, embalagem de cartão e madeira, entre outros. A formalização deste *cluster* facilitará a atracção para Portugal de empresas internacionais integradoras e detentoras de mercados, além de criadores individuais de produtos, através de uma oferta nacional competitiva de serviços e de componentes industriais. Outros *clusters* – como a floresta, o calçado ou os sistemas de informação/comunicação - devem ter uma existência formal, o que facilitará uma visão global sobre a Economia Portuguesa e a criação de políticas públicas sectoriais.

No sentido de reforçar a aposta anterior, propomos a criação no AICEP de um grupo de trabalho especializado na engenharia da inovação e das novas tecnologias, com o objectivo simultâneo de atrair para Portugal empresas integradoras e promover no estrangeiro os sectores portugueses das novas tecnologias. É preciso aprender a vender esses novos produtos, sem o que essas empresas dificilmente crescerão.

A Logística será um dos principais factores para atrair o investimento estrangeiro e será uma das principais bases do crescimento económico de Portugal, em coerência com a estratégia euro-atlântica. Deverá ser dada prioridade à logística de mercadorias, cujo objectivo será tornar Portugal a ligação natural da Europa ao Atlântico e fazer do espaço nacional a localização privilegiada para o desenvolvimento, produção e armazenagem de alguns produtos de valor acrescentado. Os nossos principais factores competitivos são:

- A localização no centro do Ocidente.
- A experiência da engenharia nacional no desenvolvimento e inovação em produtos, prototipagem, ferramentas e outras indústria e serviços a preços muito competitivos no plano europeu.
- Custos competitivos e qualidade da mão de obra portuguesa nestes sectores da engenharia e da produção.
- Criatividade nacional e disponibilidade para trabalhar de forma intensiva, elemento determinante num sector cujo principal argumento é chegar rapidamente ao mercado.

Nesta perspectiva, os dois investimentos mais importantes a realizar devem ser dirigidos para um porto de *transshipment*, competitivo, e para uma linha de caminho de ferro para mercadorias em direcção à Europa. Mais tarde ou mais cedo, o transporte de mercadorias pesadas por via rodoviária tradicional tornar-se-á inviável na Europa. O objectivo de substituir o transporte rodoviário de mercadorias pelo transporte marítimo e ferroviário tornar-se-á mais interessante para Portugal se estivermos entre os primeiros a adoptar o projecto *Eurofreightrain*. Trata-se do transporte de camiões com mercadorias através de plataformas ferroviárias para percorrer longas distâncias, modelo coexistente com a bitola ibérica das linhas nacionais.

Para reforçar as exportações é urgente criar linhas de crédito de apoio à produção de encomendas firmes de entidades estrangeiras, encomendas feitas a empresas nacionais.

As medidas propostas destinam-se a duplicar, em dez anos, as exportações portuguesas para 60% do PIB, colocando a economia portuguesa em linha com as economias dos pequenos países da Europa (Irlanda, Áustria, Dinamarca, Hungria, Eslováquia) fugindo de vez do modelo económico dos grandes países com grandes mercados internos (Alemanha, Reino Unido, França, Itália).

Portugal terá ainda de reduzir o custo da energia que consome. Deve fazê-lo sem vanguardismos inúteis e caros, seguindo o princípio de que o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico deve preceder o investimento apoiado pelo Estado, tal foi como feito há décadas relativamente ao sector hídrico. A energia hídrica deve ser prioritária no campo das energias renováveis.

Com a redução do investimento em obras públicas e construção por força da crise, muitas empresas nacionais viraram-se com sucesso para o estrangeiro. Os sectores da construção e obras públicas devem ser direccionados nos próximos dez anos para a internacionalização e também para a manutenção e renovação. O mercado de arrendamento deve ser liberalizado através da criação de um fundo subsidiado em partes iguais pelos senhorios, em função do valor dos imóveis, e pelo Estado, com o objectivo de pagar o diferencial das rendas das famílias com rendimentos abaixo de um determinado valor. O fundo deve ser privado, actuando o Estado como provedor dos arrendatários, fiscalizando o cumprimento da Lei.

Deverá ser criado um grupo de trabalho para avaliar as oportunidades de desenvolvimento da agricultura e das pescas portuguesas e apresentar em Bruxelas propostas alternativas às políticas comuns até aqui seguidas. No sector agrícola, o caminho será promover os produtos de maior valor de mercado, sem descurar os objectivos de redução da dependência alimentar do País.

Nas pescas, a estratégia deverá ser a inovação tecnológica, para permitir a pesca competitiva de cada espécie. Na União Europeia, devemos lutar pela proibição das formas de pesca predadoras das espécies, como a pesca de arrasto. Isto favorecerá a valorização da pesca chamada artesanal, desde que acompanhada da sua modernização: novas tecnologias na detecção do pescado, na autonomia e economia dos barcos e na redução do número de pescadores envolvidos em cada embarcação. O objectivo é a venda das espécies mais valorizadas em fresco e em toda a Europa, sabendo-se que o peixe fresco nacional tem uma qualidade superior, o que representa uma apreciável vantagem competitiva.

A forma de estar de Portugal na União Europeia deve mudar. É essencial que as propostas portuguesas em Bruxelas se antecipem às novas tendências das sociedades modernas: defender o transporte ferroviário versus rodoviário; o *Eurofreightrain* para desentupir as estradas da Europa e poupar energia, além do ambiente; transporte marítimo ao longo das costas europeias; participar activamente nas propostas para as futuras Forças Armadas Europeias; garantir efectivamente a segurança na zona económica portuguesa no Atlântico; defender a pesca selectiva e com períodos de defeso, em vez da pesca predadora das espécies. Serão estas as vias para que a diplomacia portuguesa possa enfrentar a burocracia de Bruxelas com alguma probabilidade de sucesso.

7.5. A CRISE FINANCEIRA.

A crise financeira portuguesa tem como principais causas:

- Endividamento excessivo do Estado, dos grandes grupos económicos e das famílias, o qual é muito anterior à crise financeira mundial.
- Ausência de incentivos à poupança nacional e a conseqüente fuga de muitos capitais.
- Despesa excessiva do Estado, compensada com o aumento dos impostos e com o endividamento externo, reduzindo por essa via a competitividade internacional da economia.
- Investimento em obras públicas de baixa ou nula rentabilidade.
- Investimento de grandes empresas nacionais no estrangeiro, consumindo uma parte importante dos recursos existentes, na esmagadora maioria dos casos sem qualquer retorno para a economia nacional.
- Modelo económico baseado em produtos de baixo valor e na mão de obra de baixo custo.
- Economia dual, com tratamento privilegiado do Estado das instituições de regulação aos sectores de bens não transaccionáveis. A pressão dos custos acrescidos sobre os sectores de bens transaccionáveis resultam na perda de competitividade das exportações.

Propostas:

- Aceitar com realismo a existência dos problemas da economia portuguesa, como condição para os ultrapassar.
- Debater, de forma organizada e sistemática, com os empresários e os trabalhadores, as formas de ultrapassar as debilidades do modelo económico.
- Adotar as medidas propostas no capítulo 7 desta moção, Um Novo Modelo de Desenvolvimento Económico.
- Reduzir as despesas correntes do Estado.
- Criar incentivos à poupança nacional.
- Reduzir drasticamente o número das empresas, fundações e institutos de capitais públicos, bem como a dimensão dos conselhos de administração.
- Renegociar a dívida portuguesa junto das instituições credoras.
- Negociar junto da União Europeia incentivos à dinamização dos sectores produtivos nacionais e a possibilidade, durante um período limitado, de redução controlada das importações.
- Renegociar as parcerias público-privadas, no sentido de adiar os pagamentos dos próximos três a cinco anos.

7.6. A TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS.

A territorialização das políticas públicas é uma condição imperativa para o aproveitamento dos recursos, o progresso social e a competitividade da economia portuguesa.

Não se compreende a inexistência, em Portugal, de um Plano Director de Infra-estruturas integradas. E ainda menos se aceita o arrastamento, há duas décadas e sucessivos governos, das Autoridades Metropolitanas de Transportes, com grandes perdas de passageiros pelos transportes públicos. Isto quando se investiram biliões de euros nas respectivas infra-estruturas e frotas e com prejuízos e indemnizações compensatórias que custam muito aos contribuintes. Propomos a elaboração e implementação de um Plano Estratégico de Conectividade e Mobilidade, articulando os diversos modos de transporte, bem como a

mobilidade de proximidade. Assim se garantirão a prestação de serviços públicos de qualidade, a eficiência económica e a redução das emissões de CO2.

Uma estratégia de potenciação e qualificação do território passa por:

- Clusterização da mega-região litoral Setúbal/La Corunha, através do serviço ferroviário de alta velocidade e a densificação de Pólos de Competitividade em Lisboa/Setúbal, Leiria/Marinha Grande, Coimbra/Aveiro e Porto/Braga.
- Desenvolvimento do Algarve em dois eixos estratégicos: destino turístico de referência internacional e dedicação à investigação e economia marítimas.
- No interior, prioridade à instalação de novas actividades criadoras de riqueza e emprego.
- Política pró-activa que proporcione a emergência de territórios dinâmicos pela conjugação dos recursos endógenos, com actividades baseadas no conhecimento e na inovação e tirando partido das boas acessibilidades e factores de qualidade de vida. A instalação de Pólos de Competitividade em Vila Real/Bragança, Guarda/Covilhã/Fundão/Castelo Branco e Évora/Beja deve constituir uma das prioridades do QREN.

7.7. A ECONOMIA SOCIAL.

A Economia Social, também, designada por Terceiro Sector, tem um papel fundamental na criação e distribuição de riqueza, na coesão social e na criação de emprego. Constitui um domínio essencial do projecto socialista, como fica bem demonstrado pelas sociais-democracias nórdicas, nas quais a economia social tem tido grande relevo. Em Portugal, a economia social e o cooperativismo podem tornar-se num poderoso meio para ultrapassar a crise, consolidando-se como importantes factores de desenvolvimento económico e social.

A Economia Social agrega, em Portugal, mais de 8000 instituições (cooperativas, mutualidades, fundações e associações), representando cerca de 230 000 postos de trabalho directos, para além dos milhares de colectividades implantadas por todo o país. Contribui com cerca de 4% para o PIB e tem evidentes potencialidades de crescimento. Na criação de postos de trabalho, no desenvolvimento de novos produtos e actividades, na satisfação de necessidades locais e comunitárias, este sector é decisivo para o progresso solidário da sociedade portuguesa.

O cooperativismo faz parte da tradição dos ideais socialistas em Portugal e a Constituição da República releva o seu papel para o desenvolvimento do país. O Partido Socialista e os seus governos devem impulsionar a economia social, através do ideário doutrinário, da formação, da participação pública e de medidas de políticas fiscais, financeiras e institucionais eficazes.

7.8. SUSTENTABILIDADE. UMA NOVA RELAÇÃO DO HOMEM COM A NATUREZA.

A matriz predadora do capitalismo está a provocar graves desequilíbrios ecológicos, epidemias e escassez alimentar. O desenvolvimento sustentável – em termos económicos, sociais e ambientais – é uma questão central da renovação do pensamento e da acção socialistas. O Socialismo tem de redefinir as suas concepções sobre a Natureza e os socialistas têm de reconsiderar as suas relações com as questões ambientais. Na senda do racionalismo iluminista, as correntes socialistas originais desenvolveram concepções utilitaristas da natureza, a favor da satisfação das necessidades humanas e do desenvolvimento da produção. Esta posição compreende-se na sua contextualização histórica: a satisfação das necessidades sociais básicas, recorrendo à produção de bens a partir dos abundantes recursos naturais. Entretanto, tudo mudou.

A intensificação da industrialização e da urbanização, a sobre-exploração dos recursos naturais e o uso indiscriminado dos combustíveis fósseis provocaram graves desequilíbrios ecológicos: alterações climáticas, redução da biodiversidade, desertificação. O esgotamento de recursos naturais ameaça a vida no planeta Terra e traz ameaças sombrias de fome, epidemias e guerras.

Portugal tem abundantes e singulares recursos naturais e territoriais. Mas temos deixado degradar, de forma inadmissível e insustentável, esses privilegiados recursos:

- Desordenamento do território com um urbanismo expansivo.
- Ocupação massiva – legal e ilegal – do litoral.
- Poluição e contaminação da água e do ar.
- Congestionamento do tráfego viário com declínio do tráfego ferroviário e dos transportes colectivos.
- Devastação da floresta e desertificação em virtude dos incêndios e das actividades industriais e agrícolas.

Enfrentamos agora uma nova onda de desordenamento resultante dos *resorts* turísticos e de outras modalidades de turismo com implantação sobre a orla costeira e em espaços rurais e florestais, quase sempre em zonas ambientalmente sensíveis – REN, RAN, Sítios Natura 2000. A permissividade que favorece estes projectos predadores do território é fomentada pelos PIN (Projectos de Interesse Nacional) e por suspensões e alterações casuísticas dos Planos de Ordenamento em vigor, por parte do Governo e das Câmaras Municipais.

Portugal encontra-se numa encruzilhada, no que se refere ao ordenamento do território e à sustentabilidade ambiental: concretizar, com firmeza, coerência e consistência as estratégias, planos e políticas que têm sido aprovadas e consagradas nos programas dos governos e nas directivas europeias; ou prosseguir com cedências aos interesses fundiários, imobiliários e da especulação turística. Nesta dilema se joga o futuro de Portugal: sociedade de progresso, qualidade de vida e justiça social acrescidas; ou território a caminho do esgotamento dos seus recursos naturais, do empobrecimento social e económico e da periferização civilizacional.

O Partido Socialista tem de assumir – no seu ideário, orientações e políticas – a sustentabilidade como modelo de desenvolvimento ambiental, económico, social, energético e territorial. Junto da Direcção do Partido deverá ser criado um Grupo de Trabalho, responsável pela sistematização de contributos e propostas para a renovação doutrinária e programática, nestas matérias. Propostas a integrar nos programas eleitorais e de governo (legislativas e autárquicas) e na acção quotidiana dos Socialistas e das estruturas partidárias.

7.9. ENERGIA.

A utilização de energia está subjacente a todas as actividades humanas e a quantidade de energia disponível está fortemente correlacionada com a qualidade de vida das populações. O aumento da população do planeta, a melhoria das condições de vida em zonas densamente povoadas e o aumento generalizado da intensidade energética de todas as actividades humanas está a extremar os problemas ambientais, económicos e geopolíticos associados à distribuição destes recursos.

A utilização do gás natural, petróleo e carvão para assegurar mais de 85% das necessidades energéticas da humanidade representa uma factura ambiental cada vez mais pesada. Quando se discute a competitividade económica das alternativas, esta factura ambiental raramente é ponderada. Para além do continuado esforço em I&D que contribuirá para a

maturidade e redução do custo de fontes alternativas de energia, é fundamental a generalização dos mecanismos de mercado que onerem as consequências negativas para o ambiente das diferentes fontes de energia. Só deste modo se poderá comparar de forma justa os seus custos reais.

A competição entre as diversas formas de produção de energia só poderá dar-se num quadro de transparência se o Estado garantir mecanismos de regulação e controlo adequados. A distribuição de energia não deve privilegiar determinados agentes económicos e formas de produção de energia em prejuízo de outros. As redes de distribuição de energia, monopólios naturais, devem ser detidas pelo Estado, de forma a que este possa assegurar condições de igualdade na concorrência e no acesso ao mercado a todos os potenciais interessados, quer estes sejam *utilities* tradicionais, quer sejam utilizadores/produtores individuais.

É fundamental o investimento em I&D num vasto leque de tecnologias de produção, armazenamento e distribuição: biocombustíveis, particularmente o etanol celulósico, as novas gerações de solar fotovoltaico, a fusão nuclear, as baterias e supercondensadores, a energia eólica, das ondas e das marés. Quando se trata de passar da fase de I&D à fase de produção comercial, o investimento em larga escala em novas tecnologias deve obedecer a um timing económico oportuno e vantajoso.

A diminuição do consumo de petróleo passa também pela mudança de paradigma nos transportes. Para além do reforço do investimento nos modos de transporte mais eficientes do ponto de vista energético, como a ferrovia ou o transporte marítimo, é fundamental que o transporte rodoviário evolua no sentido da flexibilidade de combustíveis. A emergência de automóveis eléctricos competitivos relegará a utilização de combustíveis para a produção de energia eléctrica, eliminando os principais factores de poluição atmosférica nos centros urbanos. Os governos do Partido Socialista têm estimulado o desenvolvimento das energias alternativas e da mobilidade eléctrica, um caminho a prosseguir com empenho.

O aumento da eficiência energética é a forma mais potente de reduzir o consumo de energia e as emissões de gases de efeito de estufa. Através de alterações, muitas vezes simples e de baixo investimento, é possível obter diminuições substanciais nos consumos de energia, tanto nos sectores residencial como industrial. Portugal está muito atrasado entre os países europeus, consumindo a maior quantidade de energia em relação ao PIB de todo o continente. Isto significa que há aqui uma oportunidade para melhorar a performance energética e reforçar a nossa competitividade.

Portugal tem de ampliar e aprofundar a aposta nas energias alternativas. Mobilizando a investigação e os agentes económicos, podemos formar um *cluster* energético consistente e desenvolver o *know-how* necessário para reduzir o défice energético e criar vantagem competitiva na exportação de energia.

8. Reforma da Administração do Estado

A reforma da Administração do Estado passa por reduzir o número de Freguesias e de Concelhos e por criar as Regiões.

8.1. REORGANIZAR, SIMPLIFICAR E DESCENTRALIZAR A ADMINISTRAÇÃO

Para Portugal se desenvolver e competir na economia global torna-se necessário e urgente realizar as **reformas estruturais: Educação** (ensino e formação profissional) e **Governabilidade** (Sistema Político, Justiça e Administração Territorial do Estado). Estas mudanças estruturais, a par de uma visão para o papel geoestratégico e económico de Portugal no mundo, resolverão os nossos ancestrais problemas de afirmação e auto-estima, de produtividade e produção, e os défices da balança de transacções, da dívida externa e orçamental.

Foi em 1835 que se realizou a última reforma administrativa territorial do Estado. Em quase dois séculos tudo mudou: Portugal, o Mundo, a economia, a sociedade, a distribuição geográfica da população. Mas a divisão administrativa do país, à excepção de pequenos retoques, permanece a mesma. O centralismo é um fardo pesada para a sociedade portuguesa. Estamos diante de uma questão que não é apenas administrativa: é também uma questão cultural e um problema político. O centralismo constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento do país.

Portugal está dividido em 308 concelhos, 4259 freguesias, 18 distritos e 2 regiões autónomas. Existem 36 concelhos com menos de 5000 habitantes e a dimensão populacional e geográfica das freguesias é muito desigual. Por imperativos de governabilidade, de coesão territorial e da despesa pública, torna-se necessário **reduzir o número de freguesias e de concelhos, criar as regiões e extinguir os governos civis**. Para além das vantagens de governabilidade e competitividade, as economias que daí resultam serão um contributo importante para a redução dos défices públicos e da dívida externa.

O processo político e institucional que há-de conduzir à reorganização da administração territorial do Estado, à descentralização e à regionalização exige um debate profundo, sem tabus nem omissões. Tudo tem de estar em equação: concelhos, freguesias, distritos, círculos eleitorais, áreas metropolitanas e regiões. E também a reorganização da administração desconcentrada (territorial) do Estado, bem como as funções e a arquitectura organizacional do Estado no contexto das profundas mudanças económicas, geoestratégicas e civilizacionais que atravessamos.

8.2. A DESCENTRALIZAÇÃO E A REGIONALIZAÇÃO COMO CONTRAPONTO AOS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO.

Se a descentralização/regionalização já era necessária por razões históricas e de desenvolvimento, a globalização e os processos de transformação que afectam as sociedades contemporâneas tornam mais necessária e premente a concretização desse grande desígnio nacional. A globalização e os processos de integração – no nosso caso o processo de integração europeia – vão no sentido de reduzir os poderes e as capacidades regulatórias dos Estados nacionais, com perda de identidades baseadas no modelo clássico do Estado Nação. Por outro lado, as transformações sofridas nas últimas décadas pelas sociedades contemporâneas, no sentido da complexidade, da aceleração das mutações e da tendência para o funcionamento em rede, implicam uma maior autonomia para as organizações políticas, económicas, sociais e culturais, locais e regionais. Ou seja: exigem uma maior descentralização dos processos administrativos e de governabilidade.

Só estas condições permitem tomar decisões rápidas e ajustadas às realidades locais e territoriais. , Ao nível identitário, os governos e as instâncias locais e regionais são um contraponto aos efeitos que a globalização provoca na diluição das identidades nacionais.

8.3. A REGIONALIZAÇÃO COMO IMPULSO DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Tem-se verificado um progressivo reforço do papel das regiões no processo de integração europeia. A maioria das políticas europeias são elaboradas (ou ajustadas) através do Comité das Regiões, da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM) e de outras redes, bem como pela intervenção directa das Regiões junto da Comissão Europeia. As instâncias regionais representam um *lobby* poderoso junto das instituições europeias.

Portugal e a Grécia são os únicos países do antigo grupo da Europa dos 15 que não estão regionalizados. Esta situação representa uma clara fraqueza de participação real na construção europeia, na gestão eficaz dos Fundos Comunitários e de capacidade de desenvolvimento económico e social.

8.4. DESCENTRALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO: COMO FAZER?

Há novas condições para incrementar a descentralização e criar as regiões político-administrativas. Emergem novas realidades territoriais de infra-estruturas, equipamentos e processos produtivos. Há novos protagonistas e actores ao nível regional e local, condições que propiciam um desenvolvimento mais sustentado do processo de descentralização e regionalização.

Eis as premissas:

- O debate sobre a regionalização deverá integrar-se num debate mais amplo sobre a reforma administrativa ao nível territorial – concelhos, freguesias, distritos – ainda que com prazos diferidos de implementação.
- A regionalização não é um fim em si. Constitui um meio para descentralizar e propiciar novos dinamismos de desenvolvimento equilibrado do território.
- O processo de transferências de competências e recursos para as regiões deve ser faseado.
- As regiões deverão ter órgãos e estruturas leves, não se permitindo novas burocracias e quadros de funcionários excessivos.

- Estabelecer-se-á o princípio de compensação ao nível de quadros de funcionários: o número de postos de trabalho criados nas regiões deverá implicar a redução de um número equivalente de postos de trabalho na administração central e local (origem das competências transferidas).
- As CCDR transformar-se-ão em estruturas técnicas das Regiões.
- Deverá instituir-se um quadro de articulação e contratualização entre as Regiões (NUTS II) e as Associações de Municípios (NUTS III) com experiência de contratualização, visando evitar a criação de novas tendências centralistas, desta vez ao nível regional.
- Em termos geográficos, a regionalização deve assentar nas cinco regiões-plano (área das CCDR) que demonstraram a sua pertinência nos 40 anos da sua existência (evitando as engenharias de fronteira que envenenaram o processo de 1998).

9. POR UMA DEMOCRACIA MUNDIAL

9. 1. O DESASTRE NEOLIBERAL

A crise que o mundo atravessa é o resultado de um processo de globalização económica e financeira intoleravelmente desregulada por decisores que defenderam um capitalismo neoliberal sem ética nem constrangimentos. Tudo começou com Reagan e Thatcher e culminou com George Bush. A partir dos anos 80 do século XX, foi lançada uma vaga privatizadora dos serviços públicos que constituíam o pilar fundamental do *New Deal* americano e do modelo social europeu do pós-guerra, um excepcional período de desenvolvimento civilizacional (crescimento económico com coesão social, descolonização, avanços nos direitos humanos).

A mundialização económica e comunicacional é um processo incontornável do desenvolvimento civilizacional. Contudo, para que esse processo se faça em Paz, com Justiça e Liberdade, exige-se uma nova governança mundial e uma renovada regulação global, democraticamente legitimadas ao nível político, económico e militar. A descredibilização provocada pelas políticas de George W. Bush, o desastre da guerra do Iraque e o elevado défice externo dos EUA, a par da emergência de novas economias e blocos regionais, abrem perspectivas e oportunidades para a construção de um mundo multipolar, policêntrico, mais justo, solidário e sustentável.

9.2. ESQUERDA, GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALISMO.

Nos seus primórdios, o Socialismo fomentou as doutrinas e organizações internacionalistas, em contraponto ao capitalismo de pendor nacionalista. Paradoxalmente, com o capitalismo globalizado, a esquerda abdicou da intervenção internacionalista organizada, deixando esse papel aos movimentos sociais que têm denunciado e lutado contra efeitos nocivos da globalização e das suas instâncias: G8, FMI, GATT e OMC. Este combate tem de ser, hoje e no futuro próximo, uma das principais prioridades do Socialismo Democrático.

O combate é urgente porque a crise é profunda. Abalou as estruturas capitalistas e exige saídas rápidas, antes que se instale o caos. Duas alternativas se colocam, não estando pré-determinadas:

- A reconstrução musculada dos grandes grupos económicos e dos seus centros de regulação económica e militar.
- Uma nova regulação mundial assente no respeito pelas liberdades, na equidade e justiça social e na sustentabilidade ambiental.

Este é o maior desafio que o Socialismo Democrático enfrenta na era contemporânea. Desafio estimulante porque é também uma oportunidade única: a luta pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial, de natureza multilateral, policêntrica, baseada na equidade e coesão

social, na segurança e na sustentabilidade ambiental. Continuamos sem saber o que anda a fazer a Internacional Socialista, instância global do Socialismo Democrático, em relação aos temas da globalização. O PS precisa de empenhar-se numa intervenção activa na IS, para que os partidos do Socialismo Democrático assumam, como é sua vocação, a liderança reformadora global que a situação exige.

9.3. VALORES E CAUSAS DE UM NOVO INTERNACIONALISMO.

São, neste contexto, valores e causas fundamentais do campo do socialismo democrático:

- O combate universal pelas liberdades, pela paz e pelo respeito dos direitos humanos: (abolição da pena de morte, encerramento de Guantánamo).
- A luta conta a pobreza e as desigualdades sociais, com particular atenção ao Continente Africano.
- O direito à formação escolar e profissional, à cultura e à emancipação dos povos oprimidos.
- O fomento da aliança de civilizações com base no diálogo, na convivência e na cooperação entre povos de culturas e credos diversos.
- A integração dos migrantes, com base em acordos multilaterais, regulando os fluxos, assegurando condições dignas de acolhimento e de retorno.
- O estabelecimento do direito universal à água potável.
- Um novo modelo de desenvolvimento económico sustentável integrando o combate e prevenção das causas das alterações climáticas, a expansão das energias renováveis, a protecção da biodiversidade e dos recursos hídricos.
- Novas modalidades de regulação económica e financeira sólidas, eficientes, democraticamente controladas.

Recorde-se que um dos melhores períodos da história do desenvolvimento mundial, os anos 30/60 do século XX, após a grande depressão de 1929, se baseou nos keynesianismo, ou seja, nos apoios do Estado à reestruturação industrial com ganhos de produtividade, mas também ao Estado Providência, o New Deal e o modelo social europeu, com fortes investimentos na coesão, bem estar social e condições de vida (saúde, segurança social, educação, subsídio de desemprego, férias pagas). A saída da crise de 2008 só terá sucesso se investirmos num modelo de desenvolvimento sustentável aos níveis económicos e financeiros, mas também de redução das desigualdades e reforço da coesão social. E com sustentabilidade ambiental.

9.4. UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

Os problemas mundiais nos planos económicos, financeiros, sociais e ambientais justificam uma negociação entre todos os países, no âmbito da ONU, com vista à construção de uma nova ordem mundial. Essa nova ordem mundial deve permitir o desenvolvimento harmonioso e sustentável de todos os países, bem como a redução das grandes desigualdades de rendimento entre o Norte e o Sul e no interior de cada país.

Os objectivos principais dessa negociação poderão ser:

- Tornar as Nações Unidas uma organização independente do financiamento dos governos, através de uma taxa sobre todas as transacções comerciais a pagar pelos cidadãos dos países com um rendimento médio acima de um determinado valor. A taxa será, por exemplo, de 1% sobre todas as transacções de consumo, ou outras a definir.

- Com base nestes recursos, a ONU financiará a educação e a saúde nos países pobres que o aceitem, financiamento a ser organizado directamente, ou através de organizações da sociedade local e não através dos governos nacionais.
- Os grandes países em vias de desenvolvimento com recursos relevantes, como por exemplo, a China, Angola, Arábia Saudita, Irão, ou outros não democráticos, deverão pagar uma taxa com o mesmo objectivo, calculada sobre as vantagens competitivas que resultam da inexistência de liberdade sindical, salários artificialmente baixos, moeda artificialmente desvalorizada e da ausência de pagamento do CO2 produzido.

Uma negociação desta natureza e dimensão não será fácil, mas abrirá novas perspectivas de debate das injustiças relativas existentes entre os países e blocos de países, além de um conhecimento aprofundado das novas soluções possíveis. O mero debate destas questões constituirá um passo de gigante na direcção da boa governança global.

9.5. POR UMA DEMOCRACIA PLANETÁRIA.

Um mundo global exige soluções globais. Um mundo mais justo e mais humano, solidário e sustentável, em sintonia com os valores do humanismo e os ideais do socialismo, para enfrentar os desafios e os problemas da globalização, tem de assentar em instituições de governabilidade e regulação mundiais democraticamente legitimadas, com a intervenção directa dos povos e das organizações sociais:

- Conselho Executivo, composto por 15/20 países, representando os diversos continentes, dimensão e culturas, periodicamente renovável, e eleito pelo conjunto dos países.
- Órgão legislativo (parlamento) integrado, numa primeira fase, por representantes dos parlamentos nacionais.
- Conselho Económico, Social e Ambiental, integrando representantes das organizações sindicais, profissionais, associativas e ONG.
- Estabelecimento do referendo popular para questões de natureza estratégica universal (alterações climáticas, acordos de comércio mundial, abolição da pena de morte, entre outras).

9.6. REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL.

A crise financeira internacional de 2008/2009, que foi iniciada nos Estados Unidos, afectou todas as economias mundiais, com repercussões muito graves na vida dos povos. A desregulação do sistema financeiro dos Estados Unidos conduziu a uma bolha especulativa de enormes dimensões, a qual arruinou milhões de famílias em todo o mundo e levou à bancarrota países inteiros, como a Islândia e a Irlanda. Neste último país, o sistema financeiro foi salvo pela intervenção do Governo com o dinheiro e o crédito dos contribuintes, à custa de um défice gigantesco superior a 30%. O mesmo aconteceu nos Estados Unidos, onde os principais bancos e companhias de seguros foram salvas pela intervenção do Governo.

Um pouco por todo o mundo, foram os contribuintes anónimos que com os seus impostos evitaram males maiores no sistema financeiro mundial, enquanto os banqueiros e gestores ficaram com os milhares de milhões de dólares e euros que acumularam em resultado da falta de regulação dos Estados. Continuam nos seus lugares, auferindo recompensas em tudo semelhantes ao passado. O mundo assistiu e assiste à maior transferência de riqueza dos pobres para os ricos de que há memória em democracia.

No plano internacional, os partidos do Socialismo Democrático não podem passar em claro, várias questões:

- Não é compatível com a economia de mercado, conforme defendida pelos arautos do liberalismo, que os Estados, com o dinheiro dos contribuintes, salvem da falência os bancos e as grandes empresas, com o pretexto do perigo sistémico. A ser assim, os grandes detentores do dinheiro não correm riscos porque passam a estar seguros pelos impostos e pela redução dos salários da classe média e dos trabalhadores em geral.
- Não menos preocupante, ficou claro com a presente crise que a desregulação financeira e a ganância de banqueiros e investidores foi a causa do desastre. Todavia, não foram retiradas deste facto as devidas consequências e a regulação financeira continua deficiente. São claros os sinais de que tudo pode ficar na mesma, com o argumento de que a regulação prejudica a liberdade dos mercados. Ou seja, é a institucionalização mundial do preceito político de que os mais pobres passem a pagar as crises dos mais ricos.

Os partidos da Esquerda, em todo o Mundo, não podem continuar a pactuar com esta evolução da filosofia e das práticas políticas. Os cidadãos terão de ganhar consciência das enormes cedências sociais que têm sido feitas para afirmar uma filosofia profundamente injusta e mentirosa, que os prejudica e lhes retira direitos que levaram séculos e muitos sacrifícios a conquistar.

São estas as nossa propostas:

- Regulação do sistema financeiro internacional, no sentido de não ser permitido aos bancos usar o dinheiro dos depositantes e investidores em produtos de alto risco.
- Separar a actividade dos bancos comerciais dos bancos de investimento.
- Trabalhar para reduzir a importância relativa da componente financeira nas decisões dos governos, grandes empresas e grupos económicos, procurando valorizar outros factores como o progresso tecnológico, a competitividade dos sectores produtivos e o emprego.
- Defender junto das instituições europeias e mundiais, nomeadamente nas Nações Unidas, o fim dos *off shores* e um maior controlo das transferências de capitais associados à criminalidade e à droga.

10. Portugal Na Europa e no Mundo.

Portugal desempenhou um papel primordial nos séculos XV e XVI contribuindo, decisivamente, para a criação das condições de transição para a modernidade universal, o progresso humano, técnico e científico. Portugal foi o pioneiro da globalização, foi uma plataforma de encontro de culturas e de ideias, de encontro de civilizações. Quinhentos anos passados, Portugal enfrenta novos desafios face à globalização, à integração europeia e à transição para a sociedade do conhecimento. Antigo ou moderno, Portugal permanece a mesma encruzilhada de culturas, recebendo agora os novos imigrantes africanos, brasileiros, asiáticos e do leste europeu.

Desde os Descobrimentos, passando pelo movimento migratório, Portugal convive naturalmente com uma grande diversidade de culturas, pelas inúmeras actividades que oferece, pela importância do turismo, pela atracção que exerce, pelas rotas que aqui convergem e pela imigração que acolhe. Desta diversidade, deste encontro cultural, representado simultaneamente pela reconciliação com o passado e pelo desenvolvimento prospectivo daquilo que será, certamente, a sociedade de amanhã, Portugal pode tirar benefícios muito especiais.

Portugal tem os trunfos necessários para enfrentar os desafios de um tempo onde nos confrontamos com uma crise social profunda, onde se tem consciência de que é o modelo de desenvolvimento e o próprio modelo de sociedade que está em causa. Os instrumentos que temos para a análise da crise só nos permitem ter uma visão sectorial ou disciplinar da realidade. Nas empresas ou nas universidades, nas estruturas públicas ou nas privadas, a única forma de respondermos criativamente à imprevisibilidade do mundo é formarmos cidadãos autónomos e livres, com opiniões próprias, com uma inteligência sensível, com flexibilidade e abertura de pensamento. O afastamento das elites dos centros de decisão, bem como a incapacidade para dar espaço aos projectos inovadores que vão emergindo nas diferentes comunidades é um risco para a nossa Democracia, já que limita a abertura e a capacidade visionária necessárias a uma estratégia inventiva dos futuros possíveis.

Para que Portugal venha a ocupar uma posição de algum relevo na Europa e na economia global é necessário **afirmar uma nova centralidade euro-atlântica** e participar activamente na construção de uma Europa mais policêntrica, bem como apostar, com autonomia ou no quadro europeu, na instituição de uma nova governabilidade democrática de ordem política, económica e militar, ao nível planetário. É necessário apostar numa dimensão social estratégica que potencie a emergência de um novo modelo social, colocando o homem no centro de todas as coisas.

A sociedade não é apenas o somatório de áreas do conhecimento ou de corporações. Afirmar a identidade, a memória e o património de um povo não é incompatível com uma cultura de inovação e mudança. Uma cultura de intervenção, capaz de atravessar todas as áreas da governação e de dar um sentido de unidade e coerência a um projecto político, a uma ideia de desenvolvimento integrado e harmonioso. Uma ideia de cultura que seja, ao mesmo tempo, memória e tradição, o cimento que suporta toda a estrutura social e lhe dá identidade.

Portugal pode ser um país privilegiado no diálogo com os países emergentes, nomeadamente a China, a Índia e o Brasil, tendo em conta todo o passado histórico e as redes de cumplicidades que se foram reforçando ao longo do tempo e que é urgente não deixar apagar.

Finalmente, há que ter em conta a diáspora portuguesa que permite encontrar em todo o mundo gente que pensa também em Português. Esses portugueses podem ser verdadeiros embaixadores de Portugal no Mundo, não só na perspectiva de projectar o nosso país no contexto internacional, mas também de alimentar a nossa compreensão do mundo multicultural e mestiço em que vivemos.

Todo este projecto de reforço da ligação e da afirmação europeia no mundo deve ser acompanhada por duas alianças estratégicas no interior do espaço europeu: com a Espanha, não só no contexto do espaço ibérico, mas acima de tudo no quadro da realidade Ibero-Americana pois não podemos nem devemos esquecer que os falantes de Português e de Castelhana representam um universo de 650 milhões em todo o mundo. A segunda aliança estratégica deve ser feita com a França no contexto das relações com os países africanos, pois há muitas semelhanças e interesses comuns entre os projectos da lusofonia e da francofonia.

Em suma, para que Portugal possa outra vez assumir-se como uma plataforma estratégica ao nível internacional, como o espaço mais significativo de diálogo da Europa com o mundo, há que, para além da aposta na projecção exterior que acabámos de referir, nos assumirmos como um país que é um efectivo laboratório social de diálogo e contaminação de culturas, um espaço de encontros, de troca e de criação de cumplicidades onde em permanência se concebem e realizam projectos que misturam criadores, línguas e temáticas. Mostrar e afirmar como, ao longo da sua História, Portugal foi e pode ser, efectivamente, uma plataforma de encontro de culturas e de ideias, de encontro de civilizações.

Portugal pode assim reassumir um papel estratégico na Europa e no Mundo. Já não como potência e império, mas como laboratório de invenção do futuro.